

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

RICHARLISON DA COSTA E SILVA

ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM PROGRAMAS DE PÓS-  
GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL (1987-2006)

Manaus  
2010

RICHARLISON DA COSTA E SILVA

ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL (1987-2006)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira

Manaus  
2010

Ficha Catalográfica  
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Silva, Richarlison da Costa e

S586a      Análise da produção científica em programas de Pós-graduação em geografia no Brasil (1987-2006) / Richarlison da Costa e Silva. - Manaus: UFAM, 2010.

79 f. : il. color; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal do Amazonas, 2010

Orientador: Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira

1. Geografia – Estudo e ensino (Pós-graduação) 2. Pesquisa científica I. Nogueira, Ricardo José Batista (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU(1997): 001.891:918.1(043.3)

RICHARLISON DA COSTA E SILVA

ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM GEOGRAFIA NO BRASIL (1987-2006)

Dissertação de mestrado apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira (Orientador)  
Universidade Federal do Amazonas

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Amélia Regina Batista Nogueira  
Universidade Federal do Amazonas

---

Prof. Dr. Benhur Pinós da Costa  
Universidade Federal de Santa Maria

Manaus  
2010

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Professor Ricardo José Batista Nogueira pela orientação, por ter acreditado na possibilidade de realização deste estudo.

Às Professoras Amélia Regina Batista Nogueira e Adorea Rebello da Cunha Albuquerque pelas valiosas observações, críticas e sugestões durante o exame de qualificação.

Aos colegas do curso de Pós-graduação em Geografia da UFAM pelo apoio e pela amizade: Antonio Carlos, Daniela Alves, Diane Maria, Eubia Andrea, Georgete Cabral, Iléia Pinto, Maria Lucimar, Renato Ferreira, Ricardo de Jesus, Robert Carvalho e Rozinei Lima.

À colega Iranilda Sousa do curso de Psicologia pelo apoio e pela amizade.

Aos professores que contribuíram significativamente para minha formação durante o curso: Adorea Rebello da Cunha Albuquerque, Amélia Regina Batista Nogueira, Benhur Pinós da Costa, Eduardo da Silva Pinheiro, Eduardo Girardi, Elizabeth da Conceição Santos, Hervé Terry, Manuel de Jesus Masulo, Reinaldo Corrêa Costa e Ricardo José Batista Nogueira.

Por fim, a todos que de alguma forma contribuíram para que este trabalho se tornasse possível.

Ainda é preciso conhecer os termos maiores da geografia e compreender como eles podem ser combinados uns com os outros.

Ives Lacoste

## RESUMO

Este estudo inventaria, descreve e analisa a pesquisa em Programas de Pós-graduação em Geografia no Brasil no período de 1987 a 2006. Foram analisados 3992 títulos de teses e dissertações. Os dados bibliográficos e os resumos dos trabalhos foram obtidos no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os resumos foram analisados segundo a proposta de Análise de Conteúdo de Bardin (1977). Os resultados obtidos revelam um domínio da área de Geografia Humana, um declínio da proporção de trabalhos na área de Geografia Física e uma tendência crescente dos estudos ambientais.

**Palavras-chave:** Geografia. Estado da Arte. Pós-graduação. Produção Geográfica.

## **ABSTRACT**

This study inventories, describes and analyzes the research in the Graduate Programs in Geography in Brazil from 1987 to 2006. We analyzed 3992 titles of theses and dissertations. Bibliographic data and abstracts of the papers were obtained from the Bank of Theses of the Coordination of Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). The summaries were analyzed according to the proposed content analysis of Bardin (1977). The results reveal a field of Human Geography, a decline in the proportion of jobs in the area of Physical Geography and a growing trend of environmental studies.

**Keywords:** Geography. State of the Art. Postgraduate. Geographical Production.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Etapas e procedimentos da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin.	23
Figura 2	Mapa da distribuição geográfica dos Programas de Pós-graduação em Geografia no Brasil em 2009.....	37
Figura 3	Produção acadêmica sobre Geografia Econômica na USP. ....	56
Figura 4	Categorias temáticas da produção da Geografia no Brasil (1987-2006). .....	60
Gráfico 1	Evolução da Pós-graduação em Geografia - criação de novos cursos no período de 1971 a 2009. ....	36
Gráfico 2	Proporção do número de Programas de Pós-graduação em Geografia por Região Geográfica (1980-2009).....	37
Gráfico 3	Evolução do número de alunos titulados em Programas de Pós-graduação em Geografia no Brasil (1987-2008). ....	39
Gráfico 4	Tempo médio de titulação nos Programas de Pós-graduação em Geografia, 1996-2008 (meses).....	40
Gráfico 5	Conceitos dos Programas de Pós-graduação em Geografia nas Avaliações de 1996/1997 e dos triênios 1998-2000, 2001-2003 e 2004-2006. ....	41
Gráfico 6	Distribuição da produção bibliográfica dos Programas de Pós-graduação em Geografia no ano de 2007.....	42
Gráfico 7	Distribuição temática dos trabalhos da área de Geografia Física apresentados no XXI Encontro Nacional de Geógrafos (XII ENG) e do 8º Encuentro de Geografos de America Latina (8º EGAL). ....	53

Gráfico 8	Distribuição temática dos trabalhos da área de Ambiental apresentados no XXI Encontro Nacional de Geógrafos (XII ENG) e do 8º Encuentro de Geógrafos de America Latina (8º EGAL).....	53
Gráfico 9	Distribuição temática das teses e dissertações do programa de pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. ....	55
Gráfico 10	Distribuição dos títulos por local de defesa (1987-2006).....	59
Gráfico 11	Distribuição dos títulos segundo Unidade da Federação (1987-2006)...	59
Gráfico 12	Distribuição temática das teses e dissertações (1987-2006). ....	61
Gráfico 13	Distribuição temática das teses e dissertações da área de Geografia Física (1987-2006). ....	63
Gráfico 14	Evolução da quantidade de títulos defendidos nas área de Geografia Física e Ambiental (1987-2006). ....	65
Gráfico 15	Distribuição temática das teses e dissertações na área de Geografia Humana (1987-2006). ....	67

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Conceitos dos Programas de Pós-graduação em Geografia em relação aos conceitos de todas as áreas do conhecimento no Brasil em 2007. .41
Tabela 2	Produção de monografias no curso de Bacharelado em Geografia na Universidade Estadual de Londrina.....49

## LISTA DE SIGLAS

AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
BBG	Boletim Goiano de Geografia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNG	Conselho Nacional de Geografia
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FFCL/USP	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo
IBGE	Instituto Nacional de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação
PNPG	Plano Nacional de Pós-graduação
PUC-MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
RBG	Revista Brasileira de Geografia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Região Norte
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento da Região Nordeste
UECE	Universidade do Estado do Ceará
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB/J.P.	Universidade Federal da Paraíba/ Campus de João Pessoa
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSE	Universidade Federal de Sergipe
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UGI	União Geográfica Internacional
UNB	Universidade de Brasília
UNESP/RC	Universidade Estadual Paulista/Campus de Rio Claro
UNESP/PP	Universidade Estadual Paulista/Campus de Presidente Prudente
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	14
1. INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA NO BRASIL E O DESENVOLVIMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO .....	24
1. 1. Antecedentes históricos da institucionalização da Geografia no Brasil.....	24
1. 2. Institucionalização da Geografia científica no Brasil.....	28
1. 3. A pós-graduação em Geografia no Brasil.....	32
1. 3. 1. Dimensão e distribuição geográfica da Pós-graduação em Geografia no Brasil.....	32
1. 3. 2. O legado da Pós-graduação em Geografia no Brasil.....	38
2. TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM GEOGRAFIA NO BRASIL .....	43
3. ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM PROGRAMAS BRASILEIROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (1987-2006) .....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	71
REFERÊNCIAS.....	73

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, conforme destaca Ferreira (2002, p. 258), “tem se produzido um conjunto significativo de pesquisas conhecidas pela denominação ‘estado da arte’ ou ‘estado do conhecimento’”. Estas pesquisas, fundamentalmente, procuram inventariar e discutir a produção de conhecimento em determinado campo do saber. Considerando a relevância desta modalidade de pesquisa, uma vez que ela pode proporcionar uma visão da totalidade de estudos desenvolvidos em determinada área do conhecimento, evidenciando a sua evolução no tempo e no espaço, buscou-se aqui identificar o estado da arte da Geografia no Brasil por meio da análise de dados bibliográficos e resumos de dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação em Geografia no período de 1987 a 2006. Assim, a presente pesquisa teve a finalidade de identificar o estado da arte da Geografia produzida no país, tendo em vista desvendar a diversidade que compõe esta disciplina, uma vez que se trata de um campo do saber científico reconhecidamente diversificado, tanto em termos de temáticas abordadas quanto no que diz respeito aos instrumentos e métodos empregados nas pesquisas.

Os programas de pós-graduação têm sido um objeto extremamente rico de identificação do estado da arte, por se constituírem um campo fértil para o desenvolvimento de pesquisa nas mais diversas áreas. Desde a década de 1990, vem ocorrendo um crescimento do número de programas de pós-graduação em Geografia reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), favorecendo o fortalecimento da disciplina no Brasil. Atualmente, são 41 programas, sendo 17 com os dois níveis (mestrado e doutorado) e 24 com um nível (mestrado). Considerando que as diferentes perspectivas teórico-metodológicas predominantes na disciplina orientam as pesquisas desenvolvidas nestes programas, o conhecimento dos dados bibliográficos e das temáticas abordadas são indicadores bastante confiáveis do estado da arte da disciplina como um todo e do seu desenvolvimento institucional. Em função disso, elegeu-se como fonte de pesquisa as dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-graduação em Geografia no período de 1987 a 2006. Buscou-se, além de quantificar

esta produção, analisar a situação da disciplina em termos de temáticas de estudo, ou seja, identificar que problemas têm despertado interesse dos profissionais da área de Geografia no país.

Assim, definimos como objetivo geral da pesquisa inventariar e analisar a produção científica em programas de pós-graduação em Geografia nos níveis de mestrado e doutorado no Brasil no período de 1987 a 2006 e como objetivos específicos identificar e quantificar a bibliografia, observando a variabilidade de temáticas abordadas ao longo do tempo, bem como os locais de produção, distribuir os trabalhos em categorias segundo a especialidade do tema e escala de análise, além de traçar considerações acerca dos referenciais teórico-metodológicos que perpassam a produção científica em Geografia, segundo o inventário realizado com a leitura dos resumos, bem como a literatura pertinente.

A metodologia consistiu na interpretação dos resumos dos trabalhos e dos dados bibliográficos, adquiridos por meio do Banco de Teses da CAPES<sup>1</sup>. Trata-se de uma fonte de dados secundários, pois não consultamos diretamente os textos originais, existindo, assim, a possibilidade de que o resumo encontrado não corresponder integralmente ao que foi inserido na tese ou dissertação. Ressalta-se que esta situação ocorre com certa regularidade quando se trata de catálogos de resumos produzidos pelas instituições (FERREIRA, 1999).

O trabalho em questão se caracteriza como “estado da arte” ou “estado do conhecimento”. Segundo Ferreira (2002) as pesquisas de estado da arte são

definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, de teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (FERREIRA, 2002, p. 258).

Os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa foram construídos principalmente a partir da consulta a trabalhos semelhantes em diferentes áreas do conhecimento, com algumas adequações no que diz respeito às categorias

---

<sup>1</sup> O Banco de Teses é um serviço disponível no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para consulta de dados bibliográficos e resumos de dissertações e teses defendidas nos programas pós-graduação a partir de 1987 até 2006. Este serviço corresponde à principal fonte de dados da pesquisa.



temáticas e estratégias para a aquisição dos dados, em virtude do tratamento de áreas distintas do conhecimento e abrangência dos temas destacados. Os procedimentos metodológicos utilizados por Zanella e Titon (2005) quando investigam a produção científica sobre criatividade em programas brasileiros de pós-graduação em Psicologia no período de 1994 a 2001 foram considerados, na medida em que fazem uso da mesma fonte de pesquisa, o Banco de teses da CAPES. Por meio dos resumos, foi possível obter uma visão de como a temática criatividade vem sendo abordada nas pesquisas de pós-graduação, considerando as categorias: identificação, tipo de estudo, temática principal, linguagem artística e referencial teórico.

Uma constatação que tivemos a partir da consulta a trabalhos de estado da arte que fazem uso de resumos como fonte de pesquisa foi a de que geralmente os autores se deparam com algumas dificuldades quando buscam interpretar o conteúdo deste material. Uma primeira diz respeito à estrutura dos textos que nem sempre é clara e uniforme. Faltam informações sobre procedimentos metodológicos, tipo de pesquisa, referencial teórico. Quando o resumo não está totalmente ausente.

[...] estes resumos não oferecem um critério padrão no que se refere ao tratamento do seu conteúdo, estrutura ou formato para apresentação. Assim, as informações incluídas nos resumos desses trabalhos não são elaboradas segundo recomendações comuns a serem observadas por seus autores e por isso não tem uniformidade na apresentação e mostram-se falhos quanto aos dados que devem ser extraídos das diversas partes que caracterizam o texto de um relatório de pesquisa (GRANJA, 1995, p. 32).

Embora haja prescrições sobre como produzir resumos de trabalhos científicos em diversos manuais de metodologia, parece vigorar uma situação em que poucos “atentam” para estes preceitos ao produzir resumos de acordo com seus próprios critérios, elegendo a colocação de elementos do trabalho que consideram mais significativos, o que leva a uma diversidade de formas de narrativa. Convém destacar a esse respeito às palavras de Ferreira (1999) ao se deparar com esta situação:

Antes de se discutir o que e como se produz um bom resumo, busco reflexões sobre a questão do gênero do discurso, considerando que aceito a idéia de que o resumo já é uma escolha feita pelo autor por um gênero dentro de um conjunto de possibilidades da esfera acadêmica (FERREIRA, 1999, p.119).

Dessa forma, partimos do princípio de que estamos lidando com um material bastante diversificado, além de compreender que ele apresenta algumas limitações que deverão ser consideradas. Uma delas diz respeito à integridade do material disponível no Banco de Teses da Capes frente aos resumos dos trabalhos originais. A partir da leitura dos resumos, nota-se determinadas situações (supressão de trechos, erros ortográficos e extensão exígua do parágrafo) que nos levou a constatar que uma fração dos resumos disponíveis não equivalem integralmente aos textos originais, sobretudo considerando os trabalhos mais antigos. Ressalta-se que a responsabilidade pelas informações é das Instituições de Ensino Superior que abrigam os programas de pós-graduação, na medida em que são elas que repassam a CAPES os dados bibliográficos e os resumos dos trabalhos defendidos.

Ao analisar resumos de catálogos de universidades, associações de pesquisa e instituições financiadoras de pesquisa (CAPES, CNPq), Ferreira (1999) afirma que “um resumo de uma tese transposto para um catálogo impresso ou para um catálogo eletrônico pode sofrer diferentes operações (cortes e acréscimos) feitas a muitas mãos, por diferentes motivos totalmente desconhecidos do leitor” (FERREIRA, 1999, p. 128). Por outro lado, a divulgação da pesquisa tem um grande valor na medida em que os catálogos colocam a disposição de um público amplo informações a respeito das pesquisas realizadas.

Em nossa pesquisa, apesar de considerarmos o limite do material com o qual interagimos, não deixamos de explorá-lo da maneira como ele se apresenta, considerando que o seu conteúdo de alguma forma provém das pesquisas realizadas e defendidas em programas de pós-graduação em Geografia situados em instituições responsáveis pela sua divulgação no Banco de Teses da CAPES. Dessa forma, acreditamos que os resumos possuem elementos capazes de esclarecer pelo menos o tema abordado nas pesquisas.

Outra dificuldade que encontramos foi identificar os procedimentos metodológicos empregados nos trabalhos e o referencial teórico utilizado, o que nos fez descartar a possibilidade de quantificar e classificar estes dois elementos da pesquisa. Todavia, isso não nos impedirá de traçar considerações a esse respeito, mesmo que de forma parcial. Entendemos que para uma análise mais precisa sobre a metodologia das pesquisas e o referencial teórico adotado demandaria uma leitura de outros itens dos trabalhos e não somente o resumo, o que exigiria mais tempo, um recorte mais restrito, além do acesso aos trabalhos originais. Monteiro (1980) em

pesquisa pioneira sobre tendências da Geografia no Brasil levantou a dificuldade de se classificar os elementos teóricos e metodológicos da produção acadêmica:

Oscilando entre as tentativas de classificação por caráter “metodológico” (finalmente abandonada pela complexidade do acervo e escassez de tempo para uma análise mais profunda) acabou refletindo tão somente a preferência “temática” (o que, de certo modo, já foi de muita utilidade para os propósitos deste trabalho) (MONTEIRO, 1980, p. 10).

Dessa forma, também nos restringimos a classificar os trabalhos de acordo com a temática levantada nas pesquisas, por entender que esta leitura foi possível a partir do material que tivemos a nossa disposição no momento. Foi dessa forma que consultamos os resumos de teses e dissertações dos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil reconhecidos pela CAPES disponíveis no Banco de Teses.

O material foi adquirido parcialmente a partir dos seguintes procedimentos:

1. Identificação das Instituições de Ensino Superior que possuíam Programas de Pós-graduação em Geografia reconhecidos pela CAPES. Atualmente, são 41, sendo 17 com os dois níveis (mestrado e doutorado) e 24 com um nível (mestrado);
2. Destes programas, foram destacados os que possuíam teses e dissertações defendidas até o ano de 2006 (29 Programas);
3. No site da CAPES foram adquiridos as referências aos trabalhos do período de 1998 a 2006, com o objetivo de obter o nome do autor e o título da tese ou dissertação, itens necessários para a busca no Banco de Teses da CAPES. Os dados referentes aos anos anteriores a 1998 foram adquiridos nos sites das Instituições de Ensino Superior cujos Programas de Pós-graduação disponibilizavam estes dados na Web<sup>2</sup> (ao todo foram encontrados 3992 títulos);
4. Foi elaborado um Banco de Dados no *software* Microsoft Office Excel 2007 contendo nome do autor, título do trabalho, ano, nível de formação, instituição, Unidade da Federação, região geográfica e dependência administrativa.

---

<sup>2</sup> UFRJ, USP/GF, USP/GH, UFSE, UFMG e UFG. Os títulos dos programas da UNESP de Rio Claro, UFPE, UFSC, UNESP de Presidente Prudente e UFBA anteriores ao ano de 1998 não estão disponíveis na Web.

5. Os dados bibliográficos e o resumo dos trabalhos (quando disponíveis) foram obtidos no Banco de Teses da CAPES a partir da busca por título do trabalho e/ou nome do autor<sup>3</sup>;

De posse deste material tratamos os dados aceitando dois momentos na pesquisa, conforme destaca Ferreira (2002):

Um, primeiro, que é aquele em que ele interage com a produção acadêmica através da **quantificação** e de identificação de dados bibliográficos, com o objetivo de mapear essa produção num período delimitado, em anos, locais, áreas de produção. Nesse caso, há um certo conforto para o pesquisador, pois ele lidará com os dados objetivos e concretos localizados nas indicações bibliográficas que remetem à pesquisa. Ele pode visualizar, nesse momento, uma narrativa da produção acadêmica que muitas vezes revela a história da implantação e amadurecimento da pós-graduação, de determinada entidade e de alguns órgãos de fomento à pesquisa em nosso país. Nesse esforço de ordenação de uma certa produção de conhecimento também é possível perceber que as pesquisas crescem e se espessam ao longo do tempo; ampliam-se em saltos ou em movimentos contínuos; multiplicam-se, mudando os sujeitos e as forças envolvidas; diversificam-se os locais de produção, entrecruzam-se e transformam-se; desaparecem em algum tempo ou lugar. Um segundo momento é aquele em que o pesquisador se pergunta sobre a possibilidade de inventariar essa produção, imaginando **tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas**, aproximando ou diferenciando trabalhos entre si, na escrita de uma história de uma determinada área do conhecimento. Aqui ele deve buscar responde, além das perguntas “quando”, “onde” e “quem” produz pesquisas num determinado período e lugar, aquelas questões que se referem a “o que” e “o como” dos trabalhos (FERREIRA, 2002, p. 265, grifo nosso).

O trabalho de interpretação dos resumos foi realizado segundo a proposta de Badin (1977) de Análise de Conteúdo. Esta proposta é definida como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

A Análise de Conteúdo se organiza em três pólos cronológicos: a pré-análise, o tratamento do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação

---

<sup>3</sup> Os resumos encontrados estão disponíveis em CD-ROM em anexo.

A pré-análise consiste em um primeiro contato com o material pesquisado a partir de uma leitura flutuante. É o momento para escolha dos documentos segundo os critérios definidos pelo pesquisador a fim de que atendam ao objetivo da pesquisa. Este primeiro contato é importante na formulação das hipóteses, caso o pesquisador opte por utilizar este recurso na pesquisa. Nesta fase, também serão elaborados índices e indicadores. O índice representa uma “menção explícita de um tema numa mensagem” (BANDIN, 1977, p. 100). Já o indicador corresponderá “a freqüência deste tema de maneira relativa ou absoluta, relativamente a outros” (BANDIN, 1977, p. 100).

A exploração do material se refere ao procedimento de codificação do material selecionado. A codificação de acordo com Bardin (1977, p. 103)

[...] corresponde a uma transformação – efectuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto [...]

A codificação consiste em três momentos: o recorte (escolha das unidades de registro e de contexto); as regras de enumeração; e a classificação e agregação (escolha das categorias).

Em nossa pesquisa, adotamos o **tema** como unidade de registro, partindo do princípio de que “fazer uma análise temática, consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’, que compõem a comunicação e cuja presença, ou freqüência de aparição podem significar alguma coisa para o objectivo analítico escolhido” (BARDIN, 1977, p. 105).

A unidade de contexto será o “segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registro) são óptimas para que se possa compreender a significação exacta da unidade de registro. Isto pode, por exemplo, ser a frase para a palavra e o parágrafo para o tema” (BARDIN, 1977, p. 107).

A regra de enumeração adotada será a freqüência da unidade de registro, considerando que “uma medida frequencial em que todas as aparições possuem o mesmo peso, postula que todos os elementos têm uma importância igual” (BARDIN, 1977, p. 109).

Por último, a classificação e agregação (escolha das categorias) ou categorização corresponde a “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento

segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN , 1977, p. 117). O processo de categorização permite duas direções. Uma primeira em que o sistema de categorias é fornecido a priori, “onde repartem-se da melhor maneira possível os elementos” (BARDIN, 1977, p. 119). E uma segunda onde as categorias não são fornecidas, “antes resultando da classificação analógica e progressiva dos elementos. [...] o título conceptual de cada categoria, somente é definido no final da operação” (BARDIN, 1977, p. 119).

Diante do material coletado, optamos pela classificação progressiva a partir da leitura dos resumos, com vista em explorar ao máximo o que este material poderia nos proporcionar na análise, além do fato deste procedimento ser o mais recorrente nas pesquisas (BARDIN, 1977). Todavia, consideramos no momento de definição das categorias as tentativas de classificação levantadas por outros autores, entendendo que os significados da produção na ciência e em especial na Geografia são construídos coletivamente. Dessa forma, tentou-se verificar na literatura as divisões temáticas estabelecidas, com vistas em identificar os possíveis temas que iríamos encontrar na análise dos resumos, estabelecendo um diálogo com outros autores.

O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação são os procedimentos de conclusão da análise de conteúdo. Os resultados foram tratados a partir de operações estatísticas simples (percentagens) que permitissem a produção de elementos válidos para a sua interpretação (gráficos, tabelas, diagramas). A inferência está colocada na proposta de Bardin (1977) como um procedimento chave, posto que “a intenção da análise de conteúdo é a *inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)*” (BARDIN, 1977, p. 38, grifo da autora).

Bardin (1977) segue apontando dois tipos de problemas que podem ser respondidos pelas inferências:

- o que é que *conduziu* a um determinado enunciado? Este aspecto diz respeito às *causas* ou antecedentes da mensagem;
- quais as *conseqüências* que um determinado enunciado vai provavelmente provocar? Isto refere-se aos possíveis *efeitos* das mensagens (por exemplo: os efeitos de uma campanha publicitária, de propaganda) (BARDIN, 1977, p. 39, grifo da autora).

No caso da pesquisa em questão, nos esforçamos em avaliar apenas as condições que levaram ao quadro representado, excluindo, assim, os efeitos do conteúdo das teses e dissertações.

Por último, o processo de interpretação consistirá na atribuição de significados aos resultados alcançados.

A leitura efectuada pelo analista, do conteúdo das comunicações não é, ou não é unicamente, uma leitura “à letra”, mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano. Não se trata de atravessar significantes para atingir significados, à semelhança da decifração normal, mas atingir através de significantes ou de significados (manipulados), outros “significados” de natureza psicológica, sociológica, política, histórica, etc (BARDIN, 1977, p. 41).

Por fim, foram estes os procedimentos que conseguimos construir diante das circunstâncias em que nos dispomos a identificar o estado da arte da Geografia no Brasil. A pesquisa não pretendeu, pois, representar um quadro fiel da produção científica em Geografia no Brasil, mas fundamentalmente de expor uma visão acerca de um edifício de significados advindos de uma fonte de informações posta diante de nosso alcance pela CAPES.

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo trata do desenvolvimento institucional da geografia no Brasil e da consolidação da pós-graduação em geografia nas últimas décadas, com vista em avaliar a evolução da disciplina no país, bem como identificar o quadro institucional em que foram produzidas as teses e dissertações, objetos de estudo da pesquisa.

No segundo capítulo, buscou-se uma revisão de literatura que contemplasse os trabalhos produzidos sobre estado da arte na disciplina, tendo em vista analisar as ênfases e tendência temáticas identificadas pela literatura e as análises correspondentes.

No terceiro capítulo, discorreremos sobre os resultados alcançados com sua discussão segundo o referencial teórico-metodológico adotado. Os dados foram tratados de acordo com a proposta de Bardin (1977) de análise de conteúdo, com enfoque na análise categorial, considerando os temas das pesquisas identificados nos resumos.

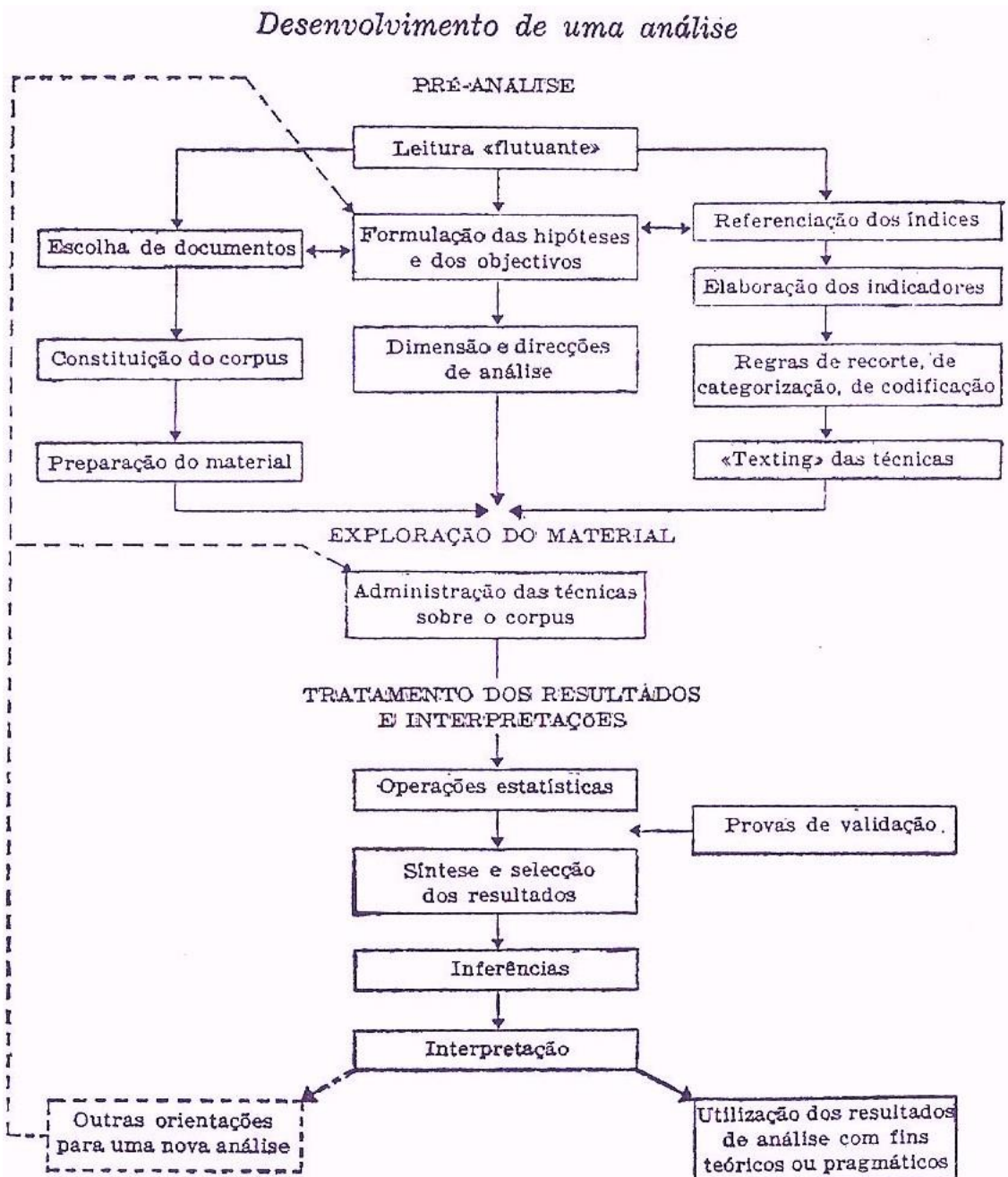


Figura 1. Etapas e procedimentos da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin.  
Fonte: BARDIN (1977).



## **1. INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA NO BRASIL E O DESENVOLVIMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO**

### **1. 1. Antecedentes históricos da institucionalização da Geografia no Brasil**

Ciência relativamente recente, a Geografia só passa a se constituir enquanto disciplina acadêmica, no Brasil, a partir da década de 1930, com a criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1934 e na Universidade do Distrito Federal em 1935 no Rio de Janeiro. Na mesma década, com a criação do Conselho Nacional de Geografia (CNG), órgão subordinado ao Governo Federal, o ofício de geógrafo passa a subsidiar as práticas do Estado Nação, no que tange principalmente o levantamento do potencial de recursos naturais e a definição de regiões visando o planejamento do território. Num esforço de periodização, Monteiro (1980) avalia a produção da Geografia considerando três vias fundamentais para a consolidação da disciplina no país, o IBGE com a publicação da Revista Brasileira de Geografia, as teses da Universidade de São Paulo a partir de 1944 e a produção da Associação de Geógrafos Brasileiros por meio, sobretudo dos Anais das suas reuniões periódicas. Esses três vetores fundamentais serviram de base para as análises que se fizeram sobre a evolução da Geografia no Brasil: “o vértice institucional público (a Fundação IBGE); o vértice acadêmico gerido pelas universidades; o vértice profissional, através da organização comunitária na Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)” (MONTEIRO, 2002, p. 2).

Antes de tratar mais especificamente desse período, achamos apropriado fazer referências aos antecedentes históricos que, em certa medida contribuíram para o desenvolvimento institucional da disciplina no país. Segundo Machado (2006 p. 313), o período que precede a institucionalização da Geografia no Brasil “tem merecido somente a menção de um ou de outro autor ou de uma ou outra obra nos escritos sobre a trajetória do pensamento geográfico no Brasil”. Moraes (2008)

acrescenta que tem sido ainda pouco explorado em pesquisas acadêmicas apesar de constituir um campo de conhecimento bastante amplo.

Pereira (1994), ao analisar a trajetória da geografia no Brasil desde a colonização, avalia o conhecimento geográfico produzido no período do século XVI até o século XVIII como precário, refletindo descrições lineares ou literárias, eivadas de espírito enciclopédico. Nesse momento, não se atribui o caráter científico a este conhecimento, devido à ausência de adequada preparação científica e condições de receptividade da ciência no país, sendo o seu valor de cunho histórico-informativo. Mesmo na Europa, onde se verifica em curso a emergência da ciência moderna,

O que se verifica, nesse lapso de tempo, dentro da corrente geográfica científica, e por toda parte, é ainda o predomínio da geografia matemática através da cartografia, que concentra a atividade geográfica; são as explorações costeiras numerosas, em detrimento da revelação do interior dos continentes; são as descrições geográficas essencialmente lineares; e, no âmbito da corrente histórico-descritiva, as descrições geográficas puramente lineares (PEREIRA, 1994, p. 351)

Sodré (1989, p. 10) avalia a Geografia no período colonial como mera coleta de informações, levantamento de dados e descrição pura e simples, admitindo “como pertinentes ao seu campo todos os trabalhos de informação que apareceram desde que a terra brasileira foi objeto de atenção: os roteiros dos navegadores, as narrações bandeirantes, os relatórios de estradas, as cartas jesuíticas, os papéis oficiais que davam contas dos problemas da Colônia”. Trata-se de uma geografia destinada quase que exclusivamente para coleta de informações com interesse de revelar ao colonizador o território a ser explorado. Todavia, não se pode ignorar a importância desse conhecimento. A busca por riquezas impulsionou a promoção de expedições e conseqüentemente a observação e os registros serviram de base para a apropriação de novos territórios, bem como a organização de comissões demarcadoras<sup>4</sup>. Assim, de acordo com Moraes (2008, p. 73), “nos países de origem colonial, a geografia adquire centralidade ímpar, pois se trata de formações criadas na conquista de espaços, de formações que tinham na apropriação das novas terras a sua razão de ser”.

---

<sup>4</sup> Sobre a obra geográfica das comissões demarcadoras do Tratado de Madri e de Santo Idelfonso ver Pereira (1994).

O século XIX pode ser caracterizado como um período de refinamento do conhecimento geográfico produzido no Brasil, uma vez que é perceptível um salto de qualidade, sobretudo, a partir das contribuições de naturalistas estrangeiros, embora ainda sejam freqüentes os relatos do tipo que caracterizaram o período anteriormente discutido (PEREIRA, 1994). O trabalho dos naturalistas já revelava certo caráter científico, haja vista a presença de uma observação mais acurada e um registro mais rigoroso, além da ênfase nos fatos da natureza.

Apesar desse desenvolvimento, a disciplina não se consolida ainda em função da ausência de universidade no país (PEREIRA, 1994). Segundo Sodré (1989), havia uma carência de condições para que surgisse uma ciência própria, herança de uma estrutura colonial, embora no século XIX o Brasil já se tornasse um país autônomo. Castilho (2008) ressalta, todavia, que não se deve atribuir somente à herança colonial a inexistência de universidade no país durante esse período, pois mesmo estando independente desde 1822 o país só viria a implantar universidade mais de um século depois.

Apesar da ausência de universidade, Pereira (1994, p. 437) avalia que até o início do século XX, “já existia uma atmosfera espiritual necessária à eclosão da geografia como ciência”. Monteiro (2002) afirma que existia no Brasil um razoável acervo de conhecimento acumulado em geografia antes de sua institucionalização na universidade. Os estados mais importantes da Federação dispunham de comissões permanentes de Geografia. O Instituto Histórico Geográfico, desde 1839, publicara sua revista. Membros de ciências afins formaram em 1883 uma Sociedade de Geografia, que se tornaria depois Sociedade Brasileira de Geografia e que até a formação da AGB já havia realizado oito Congressos Brasileiros de Geografia. Além disso, a produção literária, a exemplo de *Sertões* de Euclides da Cunha e *Canaã* de Graça Aranha, apresentavam um conteúdo geográfico extremamente rico (MONTEIRO, 2002).

A prática de ensino em Geografia constituía outra importante via de difusão do pensamento geográfico no Brasil nesse momento. Apesar do conhecimento em geografia já constar como conteúdo no ensino básico desde as escolas de jesuítas, foi somente no século XIX que adquiriu maior importância na educação formal com a criação do Imperial Colégio Dom Pedro II, onde obtém o status de disciplina escolar. Vale ainda ressaltar que este ensino era ministrado por professores sem formação

específica na área, além de seguir uma orientação clássica, de caráter descritivo, mnemônico e enciclopédico (ROCHA, 2000).

A modernização do ensino de Geografia no Brasil só se dará a partir da contribuição de Carlos Miguel Delgado de Carvalho. Andrade (1981) destaca que com Delgado de Carvalho é que se iniciaria a implantação do pensamento geográfico científico no país. Depois de ter publicado seus primeiros estudos brasileiros em francês, *Um Centre Économique au Brésil* (1908) e *Le Brésil Meridional*, Delgado de Carvalho publica, em 1913, *Geografia do Brasil*, considerado um marco decisivo no ensino de Geografia no país (MONTEIRO, 2002).

O contexto do final do século XIX e início do século XX será definido por Machado (2006) como uma época de redefinição da identidade nacional. A autora traça uma análise acerca do papel do pensamento geográfico nas representações sobre o território e sobre a população, concluindo que

de fato, o pensamento geográfico esteve presente no debates sobre a natureza físico-climática do território, a adaptação do indivíduo ao meio, as características raciais dos habitantes, e as possíveis conseqüências desses aspectos sobre a formação social do povo brasileiro (MACHADO, 2006, p.310).

Moraes (2008, p.95) acrescenta que “os argumentos de índole geográfica vão possibilitar a elaboração de discursos legitimadores onde o país é visto como um espaço, e mais um espaço a ser conquistado e ocupado”.

Monteiro (2002) trata do início do século XX da Geografia no Brasil considerando o projeto nacional em vigor e sua vinculação com modelos pretéritos esboçados desde a independência. Segundo o referido autor, a mudança de modelo político com a implantação da República não refletiu substanciais alterações, uma vez que o poder continuava nas mãos da elite agrária. O início da década de 1930 será marcado por um descontentamento proveniente da emergente classe média urbana contra o poder da elite agrária.

Nesse mesmo período, a preocupação em se implantar o ensino superior universitário era cada vez mais premente, sobretudo visando à modernização do país. Em São Paulo, surgiram as condições favoráveis para a instituição deste nível de ensino. Castilho (2008) elege cinco condições prévias que já estavam satisfeitas em São Paulo no final dos anos 1920 e começo dos anos 1930: 1) a economia em expansão com a cafeicultura exigia a atualização dos aparelhos de Estado; 2) uma ala ilustrada da elite política efetivamente laica; 3) outra especificidade dessa minoria

esclarecida era não ter obtido sua formação em universidades portuguesas, mas de outros países europeus; 4) No começo de 1930, São Paulo dispõe de uma rede de escolas de ensino primário em quase todo território estadual; e 5) A universidade é pensada segundo seu conceito moderno baseada nas idéias de Guilherme de Humboldt (CASTILHO, 2008).

A motivação para a criação da universidade tinha um caráter nacionalista, embora seja acentuado o papel de vanguarda da região sudeste, sobretudo do estado de São Paulo. Júlio de Mesquita Filho, Presidente da Comissão de Elaboração do Projeto de criação da Universidade de São Paulo, nomeado por Armando de Salles Oliveira, afirmava na época que, no Brasil, estávamos “relegados a condição humilhante e subalterna de colônia intelectual” (1925, *apud* CASTILHO, 2008, p. 86). A idéia segundo a qual a modernização do país passaria por uma reforma no ensino era evidente. Segundo Mamigonian (1991, p. 157)

a educação era vista como fonte básica da modernização, da superação do atraso que nos separava da Europa e dos Estados Unidos. Tanto Monteiro Lobato como os Mesquitas (*O Estado de S. Paulo*), em São Paulo, Anísio Teixeira e outros no Rio de Janeiro (Universidade do Distrito Federal – 1935), tinham como denominador comum a idéia de reeducar o povo, e as Escolas Normais e os Colégios Estaduais deveriam contar com professores de alto nível formados nas Faculdades de Filosofia.

O projeto nacional de modernização, bem como a importância atribuída ao ensino neste projeto foram elementos que marcaram o contexto da época que precedeu a institucionalização da Geografia no país. Esse conjunto de fatores, então, foi importante para a afirmação do conhecimento geográfico e sua consolidação enquanto disciplina com a emergência do ensino superior universitário no Brasil.

## **1. 2. Institucionalização da Geografia científica no Brasil**

A fase contemporânea da Geografia no Brasil, conforme destaca Pereira (1994) se inicia com a criação das Faculdades de Filosofia. Em São Paulo, cria-se a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que ao se unir as Escolas Politécnicas e

de Medicina e a Faculdade de Direito dá origem a Universidade de São Paulo. A organização de novos cursos nesta Faculdade cria a necessidade de trazer docentes qualificados do exterior, sobretudo europeus, com destaque para os franceses. Vieram para ministrar geografia o experiente professor Pierre Deffontaines em 1934, e o jovem Pierre Monbeig em 1935 (SEABRA, 2004).

A contribuição dos professores estrangeiros no Brasil é extensa, tanto do ponto de vista da difusão das idéias vigentes em seus países de origem, quanto na organização institucional da disciplina no país. Do ponto de vista metodológico, foi empregada a concepção de ciência moderna instituída na Europa. A formação profissional em geografia, assim como em outras humanidades, irá preparar profissionais para atuarem no ensino básico e na pesquisa segundo uma orientação metodológica moderna (PEREIRA, 1994).

Pierre Deffontaines, ao assumir a Cadeira de Geografia na Universidade de São Paulo, já era considerado um geógrafo maduro, com Doutorado de Estado na França defendido em 1932. Sua primeira estadia no Brasil se inicia em maio de 1934 permanecendo até o final do ano letivo. Com base no modelo de sociedades francesas, Deffontaines se reuni com alguns intelectuais de São Paulo de ciências afins à Geografia e funda a Associação dos Geógrafos Brasileiros em 17 de setembro de 1934 (SEABRA, 2004).

No início, a AGB conta com a incorporação de professores e alunos da FFCL/USP, além de outros profissionais de nível superior. Entre os professores franceses não geógrafos se filiaram até o ano de 1935 o sociólogo Arrousse Bastide, o filósofo Jean Pierre Maugué, o historiador Fernand Braudel e o antropólogo Claude Levy-Strauss. Entre profissionais de nível superior filiaram-se os geólogos Luiz Flores de Moraes Rego e Theodoro Knecht, o bibliógrafo e biblioteconomista Rubens Borba de Moraes, o médico sanitaria Geraldo Horácio de Paula Souza, o advogado Aroldo de Azevedo, entre outros. Dos alunos do curso de História e Geografia da FFCL, destacam-se Caio Prado Junior, Maria Conceição Vicente de Carvalho, Astrogildo Rodrigues de Melo, João Dias da Silveira, Eurípedes Simões de Paula, Rosendo C. Garcia, entre outros (SEABRA, 2004). Este cenário híbrido atribuiu às atividades da AGB um caráter próprio e de destaque em comparação com as atividades distintamente acadêmicas. Segundo Mamigoniam (1991, p. 158) constituíam “num lugar mais criativo que o próprio curso de Geografia

e História, por se usar a liberdade intelectual mais plenamente, pela prática constante de palestras, debates e diversidade de opiniões”.

Com o retorno de Pierre Deffontaines à Europa, Pierre Monbeig assume a cadeira de Geografia Humana da FFCL e a direção da AGB em 1935. Segundo Seabra (2004) a passagem de Deffontaines pela Universidade de São Paulo e a permanência de seu sucessor durante onze anos influenciaram significativamente os trabalhos produzidos naquela instituição. Ambos encorajaram a produção de monografias regionais com base na geografia francesa. Pelo menos até a década de 1960, parte significativa das teses da USP teve esta característica. A valorização do trabalho de campo também foi outra característica recorrente nos trabalhos deste período (SEABRA, 2004).

Pierre Deffontaines volta ao Brasil em 1936. Depois de uma tentativa frustrada de retorno a USP em função de restrições por parte de Monbeig, Deffontaines assume o ensino de Geografia na Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro (SEABRA, 2004). Cria outra “Associação dos Geógrafos Brasileiros” no mesmo ano na capital brasileira (VALVERDE, 1992). Segundo Moraes (2008), no Rio de Janeiro a geografia como prática estatal irá se desenvolver de forma completa, por meio da criação em 1937 do Conselho Nacional de Geografia e, no ano seguinte, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Para Monteiro (1980), nesse contexto começa a se delinear duas práticas de produção de conhecimento em Geografia, uma ligada às universidades e outra comprometida com o poder, “a Geografia do Estado Novo”. Todavia, pode-se reconhecer que este contraste não possuía um caráter absoluto, haja vista a existência de interação entre os dois lados, considerando, principalmente, o fluxo de profissionais entre as instituições consideradas. Seabra (2004) reconhece uma participação importante da AGB na criação do Conselho Nacional de Geografia tendo em vista a filiação do Brasil a União Geográfica Internacional (UGI), além do fato da universidade contribuir para a formação de profissionais que depois atuariam no IBGE.

O contexto político do país nos anos 1930 favoreceu a institucionalização da Geografia, uma vez que

a criação do Conselho Nacional de Geografia [e do de Estatística] e do IBGE respondeu, pois, à necessidades de organização de um

governo federal muito mais centralizador a partir da década de 1930 [...], o governo federal passou a ter, através deles, potencialmente, muito mais condições de organização da coleta de material estatístico e da realização de pesquisas geográficas que pudessem interessar a sua ação como tal e aos grupos privados, no sentido de “modernizar” o país, a tônica que viria marcar os discursos, além do nacionalismo, sobretudo a partir de então (SEABRA, 2004, p. 36).

Assim como nas Faculdades de Filosofia, o IBGE se valeu da experiência de geógrafos estrangeiros, tanto por meio do recrutamento de profissionais do exterior, quanto pelo envio de funcionários para aperfeiçoamento, sobretudo, nos Estados Unidos. Francis Ruellan, outro geógrafo francês, é contratado em 1940 para o Departamento de Geografia da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro (antes denominada Universidade do Distrito Federal e atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro), atuando concomitantemente como assistente técnico do CNG do IBGE (MONTEIRO, 1980). Ruellan figura ao lado do geógrafo alemão Léo Waibel, como as principais contribuições na formação de geógrafos no Rio de Janeiro da época. O primeiro, “abrangendo uma geração de estudantes universitários e técnicos do Conselho Nacional de Geografia. O segundo um contacto mais seletivo, dirigido apenas à cúpula dos geógrafos do C. N. G.” (MONTEIRO, 1980, p. 12).

A partir da década de 1940, Monteiro (1980) analisa a difusão nacional da geografia instituída por meio principalmente de reuniões periódicas da AGB em diferentes localidades do país. Durante esse período destaca o retorno de importantes orientadores estrangeiros da geografia no Brasil, Ruellan, Waibel e Monbeig aos seus países de origem, além da continuidade do intercâmbio, principalmente, com o envio de geógrafos bolsistas à França e aos Estados Unidos, contribuindo para a difusão de novas idéias. A ampliação das seções regionais da AGB nos estados da Bahia, Pernambuco, Paraná e Minas Gerais evidencia a emergência de importantes núcleos de estudos da Geografia no Brasil. Nesse mesmo período, dá-se a produção das primeiras teses de doutorado na Universidade de São Paulo. Em 1944, Maria da Conceição Vicente de Carvalho apresentou o trabalho *Santos e a Geografia Urbana do Litoral Paulista*. (MONTEIRO, 1980). No IBGE, são publicados estudos sobre divisão territorial e divisão regional do Brasil, de Teixeira Freitas e de Fábio de Macedo Soares Guimarães (ANDRADE, 1987).



O Congresso Internacional de Geografia realizado no Rio de Janeiro em 1956 constitui um marco para que se inicie a afirmação da Geografia no Brasil. Em 1957, separam-se os cursos de Geografia e História na USP. Há uma crescente associação da Geografia ao planejamento estatal, sobretudo na produção do IBGE, tendo como catalisador a política desenvolvimentista adotada pelo governo Juscelino Kubistchek. Temas emergentes, entre os quais os de geografia urbana e os que tratam da industrialização, passam a aparecer cada vez mais na produção geográfica no Brasil (MONTEIRO, 1980).

Nesse período, também é marcado pelo desenvolvimento da pós-graduação em Geografia e sua consolidação como um importante veículo de produção de conhecimento na disciplina e formação profissional, sobretudo para atuação no ensino superior com vista a atender a expansão dos cursos de licenciatura no Brasil.

### **1. 3. A pós-graduação em Geografia no Brasil**

#### **1. 3. 1. Dimensão e distribuição geográfica da Pós-graduação em Geografia no Brasil**

A Geografia enquanto disciplina acadêmica está preocupada com a construção de uma imagem do mundo (GOMES, 2000). Tal campanha tem sido dirigida a partir da adoção de instrumentais teórico-metodológicos diversos compartilhados por outras disciplinas ou dos referenciais construídos pelos próprios especialistas da área. A institucionalização da disciplina no Brasil é produto dessa empreitada. No caso específico, o objetivo foi construir uma imagem do país a partir do levantamento de dados em campo e da regionalização, com vistas em conhecer um extenso território e planejar ações sobre ele.

A década de 1930 constitui um marco no desenvolvimento da Geografia no país com a origem do curso de graduação na Faculdade de Filosofia, Ciências e Artes da Universidade de São Paulo e com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse primeiro momento de sua institucionalização,

a produção de conhecimento teve como principais vias as teses e contribuições da USP e os artigos da Revista Brasileira de Geografia do IBGE (ANDRADE, 1981).

Nas próximas décadas, o desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu* em Geografia representará um salto significativo em termos de formação de recursos humanos para atuação em diversos setores. Num primeiro momento a pós-graduação se destinou a formação de quadro de professores qualificados para as Universidades a partir da obtenção do título de Doutor.

Christofoletti (1989/90) destaca dois momentos do desenvolvimento da pós-graduação em Geografia no Brasil.

No Brasil, o doutorado em Geografia já possui tradição. Maria Conceição Vicente de Carvalho foi o primeiro obtido, em 1944, na Universidade de São Paulo. Nos anos seguintes registraram-se as teses elaboradas por João Dias da Silveira (1946), Renato da Silveira Mendes (1950), José Ribeiro de Araújo Filho (1951) e muitos outros. No Rio de Janeiro, na Universidade do Brasil, Hilgard O'Reilly Sternberg obtinha o doutorado em 1946, enquanto em Recife surge o registro de Manuel Correia de Andrade. Com a criação de cursos de Geografia em institutos isolados, no Estado de São Paulo, a partir de 1958, surgiram novos focos para a obtenção de doutorados. Em Rio Claro, os doutoramentos iniciais (sic) foram obtidos por Livia de Oliveira (1967), Antonio O. Ceron (1967), Juergen Richard Langenbuch (1968), Margarida Maria Penteado (1968), Antonio Christofoletti (1968) e Helmut Troppmair (1969). Essa fase de institucionalização difusa e livre perdurou até 1972, na USP, e 1973, nos institutos isolados, registrando-se doutoramentos também em Franca e Presidente Prudente. A partir de então, com a regulamentação dos cursos de pós-graduação, o doutoramento podia ser feito apenas na Universidade de São Paulo, em Geografia Física ou em Geografia Humana. O terceiro curso de doutorado surgiu em 1983, no Instituto de Geociências (UNESP-Campus de Rio Claro) (CHRISTOFOLETTI, 1989/90, p. 134).

Segundo o referido autor, no primeiro momento “a obtenção do título de *Doutor* cancelava o amadurecimento técnico-científico do pesquisador (ou docente), em contribuição que era julgada por uma comissão examinadora” (CHRISTOFOLETTI, 1989/90, p.134). A banca examinadora era constituída por geógrafos renomados no cenário nacional, além do fato de não haver preocupações com prazos vencidos ou tarefas a serem cumpridas. Cada Instituição regulamentava os cursos de acordo com suas diretrizes próprias (CHRISTOFOLETTI, 1989/90).

O segundo momento é marcado pela regulamentação em nível nacional dos cursos de pós-graduação no Brasil em que são estabelecidos outros parâmetros para o ingresso e conclusão dos cursos.

Com a instituição universitária dos cursos de pós-graduação o doutorado passou a ser a última etapa na formação acadêmica regular do candidato. Para sua obtenção foram estabelecidos parâmetros ligados a freqüência à disciplina e com o envolvimento com a pesquisa, sempre dentro de prazos regulamentares. Instituíram-se a escolaridade e a praticabilidade organizacional, para a obtenção do título de *Doutor*, que se mantém ainda como marco de grande relevância no *status* da carreira universitária. Para o doutorado pode prescindir da etapa do mestrado, se uma avaliação sobre o *curriculum vitae* do candidato, feita por uma comissão, julgar satisfatória. Essa avaliação possibilita que o candidato se inscreva às provas para o doutoramento; mas não lhe faculta eximir-se da aprovação nem das tarefas regulamentares ligadas ao programa. Ao possuidor do título de mestre, o doutorado oferece a possibilidade de concorrência às vagas oferecidas pelo programa e pelo orientador pretendido. (CHRISTOFOLETTI, 1989/90, p.135).

A produção vinculada à pós-graduação a partir desse momento vem seguindo estes parâmetros até a atualidade. Isso foi se efetivando a partir da construção de um sólido Sistema Nacional de Pós-graduação no Brasil nas últimas quatro décadas. Foi a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 (LEI 4.024/61) que se passou a vislumbrar esse novo formato de pós-graduação (FERREIRA, 1999). A condução deste nível de ensino adquiriu uma dimensão macropolítica com a elaboração dos Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPGs), onde se definiram metas e ações para o Sistema, bem como a necessidade de um contínuo diagnóstico para avaliar a qualidade dos cursos (MARTINS, 2005).

Ferreira (1999) ao tratar da formação do Sistema Nacional de Pós-graduação no Brasil define três momentos: 1960/70, 1980 e 1990. Nos anos 1960, a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LEI 4.024/61) é considerada um marco na formação do Sistema Nacional de Pós-graduação, uma vez que já apontava diretrizes para a sua criação nos anos subseqüentes. O contexto da época será caracterizado pela implantação do regime militar cujas pretensões passavam pela construção de uma sociedade moderna alicerçada pelo progresso científico e tecnológico. Este projeto esteve condicionado, de um lado, pela carência de condições estruturais e de recursos humanos e, de outro, pelo desejo de construção de uma comunidade científica qualificada que oferecesse suporte aos novos cursos. Incentiva-se a criação de novos cursos na segunda metade da década de 1960, além da busca por uma melhor regulamentação dos já existentes, optando-se neste momento pela adoção do modelo do sistema de ensino norte-americano. O primeiro PNPG, vigente no período de 1975 a 1979, busca diagnosticar os problemas da pós-graduação no

país, além de apontar diretrizes para a consolidação das atividades (FERREIRA, 1999). Na década de 1970, os primeiros cursos de pós-graduação em Geografia a integrarem o Sistema Nacional de Pós-graduação foram os de Geografia Humana e de Geografia Física da Universidade de São Paulo, em 1971 com os níveis de mestrado e doutorado. Tal pioneirismo advém da tradição impar da instituição na área, que desde 1934 se esforçou na consolidação da disciplina, constituindo-se no primeiro alicerce do pensamento geográfico no país (ANSELMO, 2005). Na mesma década, foram implantados mais dois cursos na região Sudeste, na UFRJ (1972) e na UNESP de Rio Claro (1977), e o primeiro da região Nordeste na UFPE (1976).

Na década de 1980, nota-se uma ligeira retração da expansão de novos cursos se compararmos com a década anterior. Atribui-se esta diminuição de ritmo à crise econômica que viveu o país no final dos anos 1970 que levou a redução dos gastos do Estado com as universidades. Dois PNPGs são implementados nesta década. O II PNPG (1982-1985) traz como preocupação central a discussão da qualidade do desempenho do Sistema, enquanto o III PNPG (1986-1989), além de reforçar este aspecto, busca incentivar a integração do Sistema com o setor produtivo (FERREIRA, 1999). Na área de Geografia, surgiram os cursos de mestrado na UFSC (1985), na UFSE (1985), na UFMG (1987) e na UNESP de Presidente Prudente (1988) e o doutorado na UNESP de Rio Claro (1983).

Na década de 1990, haverá um relativo incremento no Sistema Nacional de Pós-graduação com a abertura de cursos em universidades da região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além dos cursos criados nas novas universidades particulares. (FERREIRA, 1999). Na área de Geografia, esta tendência não vingou, pelo menos no que diz respeito à criação de novos cursos na região Norte, que só terá o primeiro programa bem tardiamente. Surgem mais dez cursos de mestrado, sendo dois na região Nordeste, UFBA (1994) e UECE (1996), dois na região Centro-Oeste, UFG (1995) e UNB (1996), três na região Sudeste, PUC-MG (1996), UFU (1998) e UFF (1999) e três na região Sul, UEM (1998), UFRGS (1998) e UFPR (1999), além da implantação de quatro cursos de doutorados, UFRJ (1992), UNESP de Presidente Prudente, UFSC (1999) e PUC-MG (1999).

No atual decênio, nota-se uma significativa ampliação do número de programas, são mais 22 mestrados e 10 doutorados (Gráfico 01). Nesse momento, destaca-se a criação dos primeiros cursos de pós-graduação na região Norte do país, UFPA (2004), UNIR (2006) e UFAM (2007).

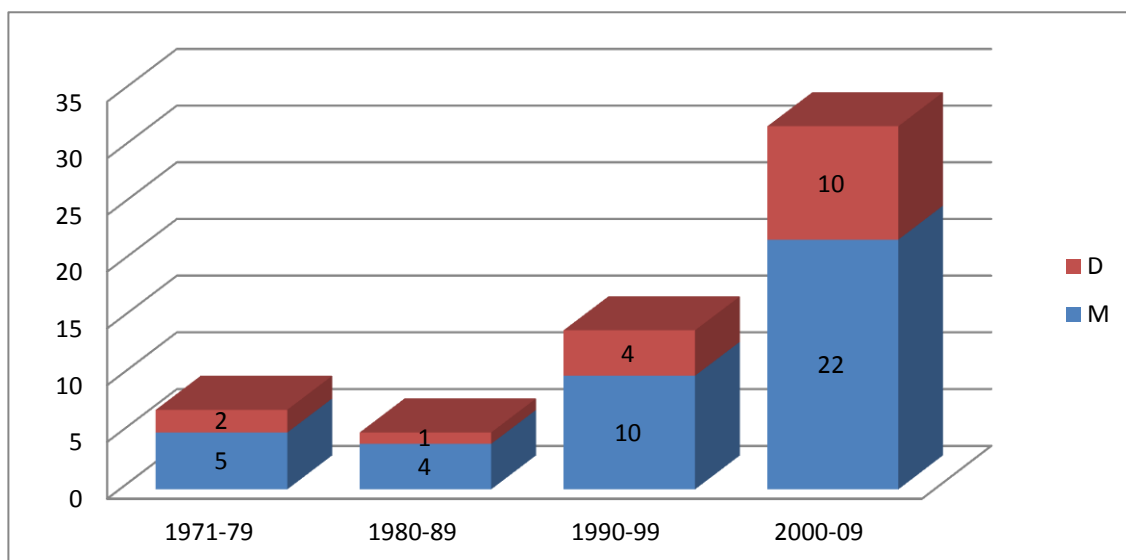


Gráfico 1 - Evolução da Pós-graduação em Geografia - criação de novos cursos no período de 1971 a 2009.

Fonte: CAPES/MEC.

Com relação à distribuição da pós-graduação em Geografia, alguns trabalhos publicados na década de 1990 destacam a acentuada concentração na região Sudeste como um reflexo do comportamento da pós-graduação em sua totalidade, além de constituir um problema a ser superado (DINIZ, 1995; CASSETI, 1998). Para se ter uma idéia de como esta concentração vigorou de maneira expressiva por um longo período, apenas em 2004 foi implantado um curso de pós-graduação *stricto sensu* na região Norte do país no estado do Pará. No gráfico 02 e na Figura 02, nota-se o quanto a pós-graduação em Geografia esteve concentrada em alguns poucos núcleos na região Sudeste. Até o ano de 1990, 67% dos programas estavam nesta região, sendo que 44% só no estado de São Paulo. A partir de meados da década de 1990 e, sobretudo, ao longo do atual decênio este quadro tem sido combatido com o surgimento de novos cursos. De acordo com Diniz (1995) são vários os fatores que tem contribuído para este incremento, entre os quais se destacam a liberação de professores de suas cargas horárias de aula e de pesquisa junto aos Departamentos a fim de adquirirem titulação em cursos já consolidados, além da política de concessão de bolsas de estudo por parte de agências de fomento. Por outro lado, se considerarmos o nível de doutorado, a concentração na região Sudeste é predominante (59%), seguida pelas regiões Sul (24%), Nordeste (12%) e Centro-Oeste (6%). Todavia, é de se esperar que com a consolidação dos

novos cursos de mestrado, haja um maior equilíbrio entre as regiões também neste nível de ensino.

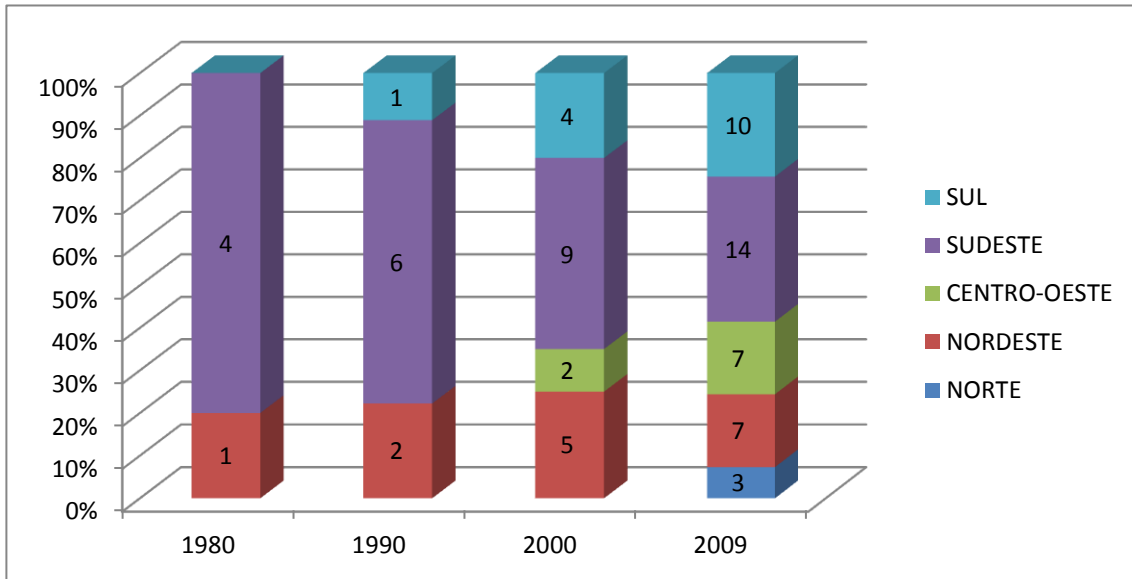
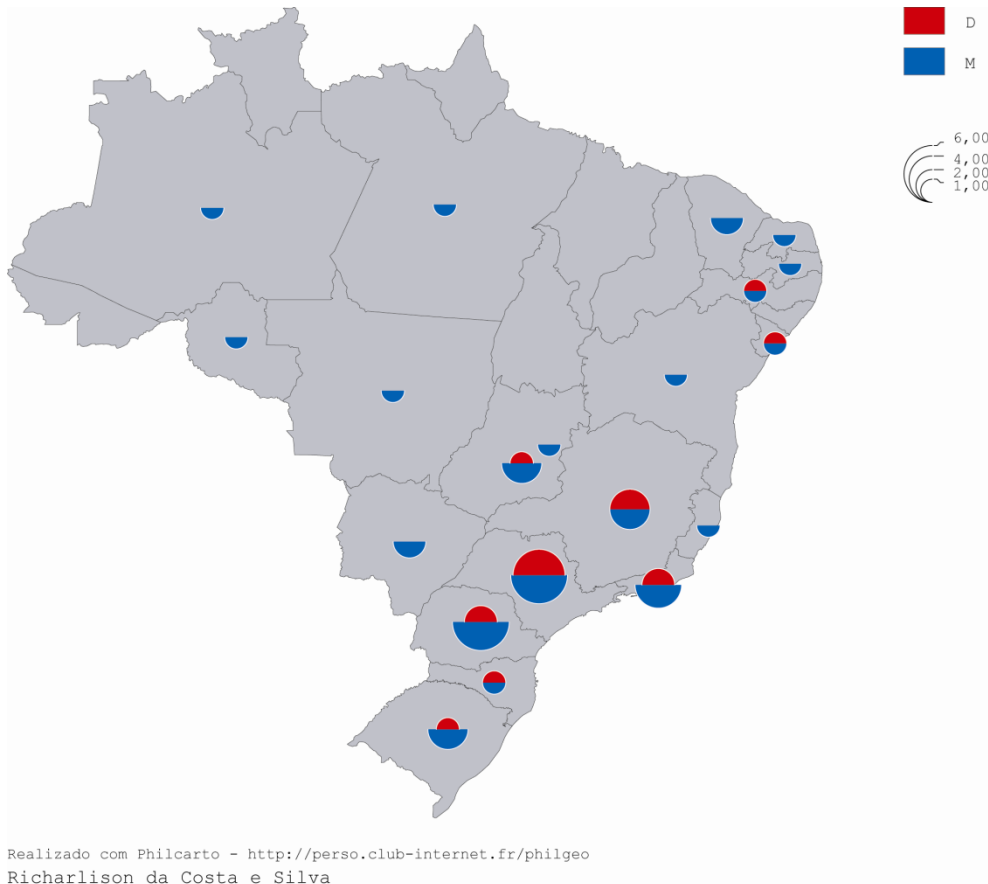


Gráfico 2 - Proporção do número de Programas de Pós-graduação em Geografia por Região Geográfica (1980-2009).  
Fonte: CAPES/MEC.



Realizado com Philcarto - <http://perso.club-internet.fr/philgeo>  
Richarlison da Costa e Silva

Figura 2 - Mapa da distribuição geográfica dos Programas de Pós-graduação em Geografia no Brasil em 2009.  
Fonte: CAPES/MEC.

Dessa forma, a trajetória descrita acima, nos leva a contar hoje com 41 programas de Pós-graduação em Geografia no país, sendo 17 com os dois níveis (mestrado e doutorado) e 24 com um nível (mestrado), correspondendo a 1,6% do total de programas de pós-graduação no Brasil, considerando todas as áreas do conhecimento.

### **1. 3. 2. O legado da Pós-graduação em Geografia no Brasil**

Neste item do trabalho buscamos caracterizar a pós-graduação em Geografia no Brasil, com vistas em discutir os avanços alcançados nos últimos anos, bem como avaliar o contexto institucional em que foram produzidas as teses e dissertações, objeto de estudo de nossa pesquisa. Partimos da afirmação de Diniz (1995) de que a pós-graduação tem cumprido o seu papel na formação de recursos humanos mais qualificados no país.

Um dado importante sobre esta formação diz respeito à importância da titulação no exercício da carreira docente no ensino superior. Ao analisar a trajetória da pós-graduação na Universidade de São Paulo, Oliveira (1997) afirma que, até o ano de 1996, 87% das defesas de doutorado foram de professores ligados ao sistema de ensino superior do Brasil.

Em termos quantitativos, esta formação tornou-se mais significativa, com um crescimento exponencial do número de alunos titulados por ano (Gráfico 03). O quadro favorável a criação de novos cursos tem refletido no crescimento deste indicador, contribuindo na formação de recursos humanos para atuação, sobretudo no ensino e na pesquisa. O número de alunos titulado em 1996 foi de 147, ao passo que em 2008 este valor chegava a 733, correspondendo a um aumento de 398%. Em termos absolutos, de 1996 a 2008 foram titulados 5.081 mestres e doutores em Geografia.

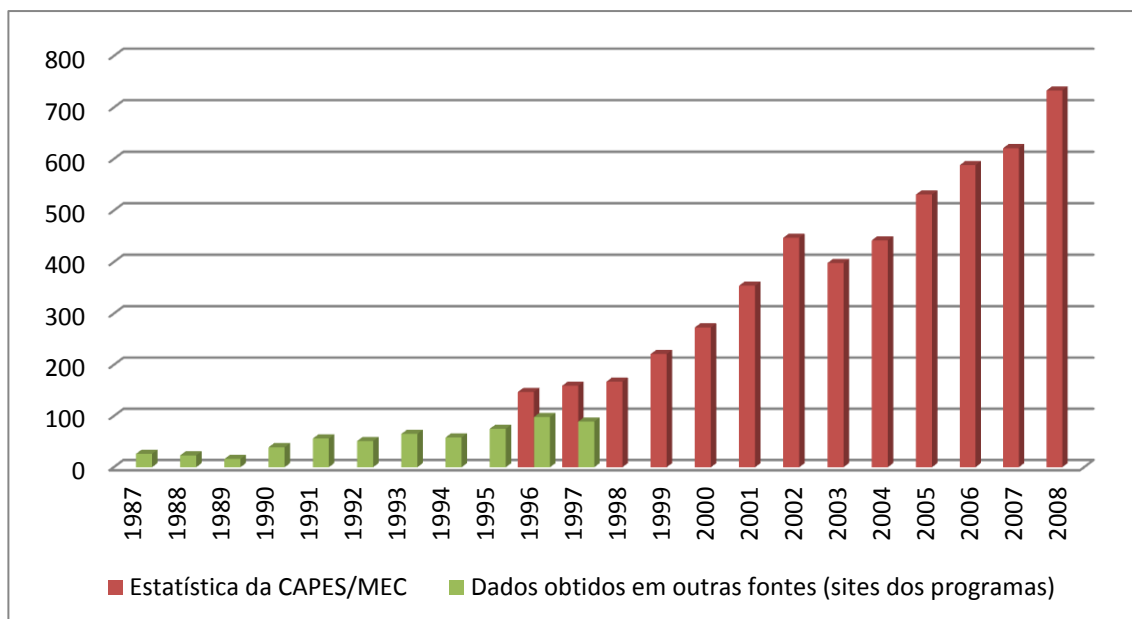


Gráfico 3 - Evolução do número de alunos titulados em Programas de Pós-graduação em Geografia no Brasil (1987-2008).

Fonte: CAPES/MEC e sites dos programas de Pós-graduação.

A redução gradativa do tempo médio de titulação dos cursos demonstra um ganho de eficiência nos últimos anos segundo Diniz (1995). O elevado tempo gasto para a titulação representou uma situação delicada nas décadas anteriores. Diniz (1995) afirma que em 1989 e 1990 muitos cursos apresentavam médias de mais de 70 meses. O mesmo autor explica que esta situação advém de diversos fatores, entre os quais se destacam a entrada do aluno no mercado de trabalho logo após a conclusão dos créditos e a orientação bastante fluida ao deixar o aluno à vontade quanto aos prazos. O gráfico 04 demonstra a tendência a menores níveis de tempo médio para a titulação. No nível de mestrado, houve uma redução de 39,6% no período de 1996 a 2008, enquanto que no de doutorado a redução no mesmo período foi de 12,3%. Acredita-se que esta redução tenha origem na necessidade dos cursos, sobretudo os já consolidados há mais tempo, possuidores das maiores médias, a se adequarem às recomendações da CAPES. Segundo Casseti (1998), a CAPES estima como tempo ideal para a conclusão do curso 30 meses para o nível de mestrado e 48 meses para o doutorado.



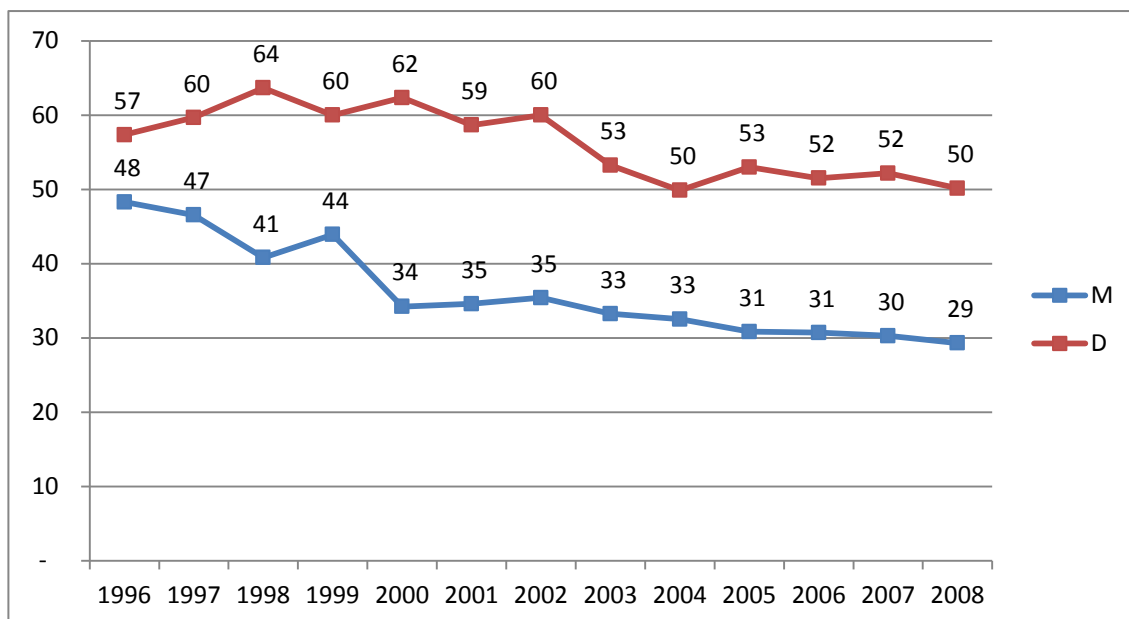


Gráfico 4 - Tempo médio de titulação nos Programas de Pós-graduação em Geografia, 1996-2008 (meses).  
Fonte: CAPES/MEC.

No que diz respeito ao processo de avaliação dos programas de pós-graduação em Geografia, temos no gráfico 05 os conceitos obtidos em quatro momentos. Observa-se uma concentração de cursos com notas 3 ou 4, o que pode ser encarado como reflexo da predominância de cursos recém formados. Por outro lado, se considerarmos as notas de 5 a 7, observa-se um saldo significativo, quanto consideramos que na avaliação de 1996/1997 tínhamos três programas com notas 5 e dois com notas 6, ao passo que na avaliação do triênio 2004-2006 temos sete programas com notas 5, um com nota 6 e dois programas com notas 7, a máxima que pode ser atribuída a um programa de pós-graduação no Brasil. Além disso, ao observarmos os conceitos atribuídos aos programas de pós-graduação em Geografia na última avaliação, constatamos que a área está em situação estável, uma vez que os valores são proporcionalmente próximos aos da pós-graduação em geral (Tabela 01).

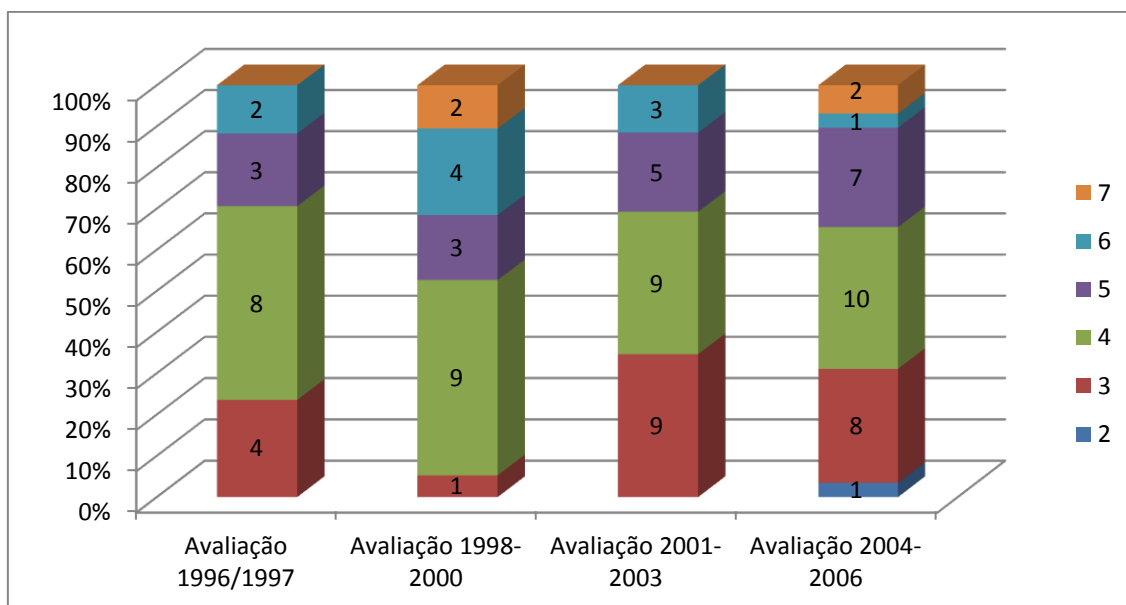


Gráfico 5 - Conceitos dos Programas de Pós-graduação em Geografia nas Avaliações de 1996/1997 e dos triênios 1998-2000, 2001-2003 e 2004-2006.

Fonte: CAPES/MEC.

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO	CONCEITOS							
	1	2	3	4	5	6	7	
<b>Todas as áreas do conhecimento</b>	3	36	682	788	510	155	82	
<b>Percentual</b>	,1	1,6	30,2	34,9	22,6	6,9	3,6	
<b>Geografia</b>	0	1	11	10	7	1	2	
<b>Percentual</b>	0	3,1	34,4	31,3	21,9	3,1	6,3	

Tabela 1 - Conceitos dos Programas de Pós-graduação em Geografia em relação aos conceitos de todas as áreas do conhecimento no Brasil em 2007.

Fonte: CAPES/MEC.

A produção bibliográfica foi considerada em função do número de artigos completos publicados em periódicos, trabalhos completos publicados em eventos, livros e demais produções bibliográficas publicadas no ano de 2007. A principal fonte para a publicação de trabalhos acabou sendo os eventos técnico-científicos (33,4%), seguidos pelos periódicos (28,5%) e livros (25,7%). Distribuindo os valores entre autores docentes, discentes e egressos no ano de 2007, temos 54,4%, 43% e 2,6%, respectivamente. Proporcionalmente, a participação de docentes na publicação de livros e artigos em periódicos é bem expressiva, enquanto os eventos representam o principal veículo de publicação de trabalhos de discentes (Gráfico 06).

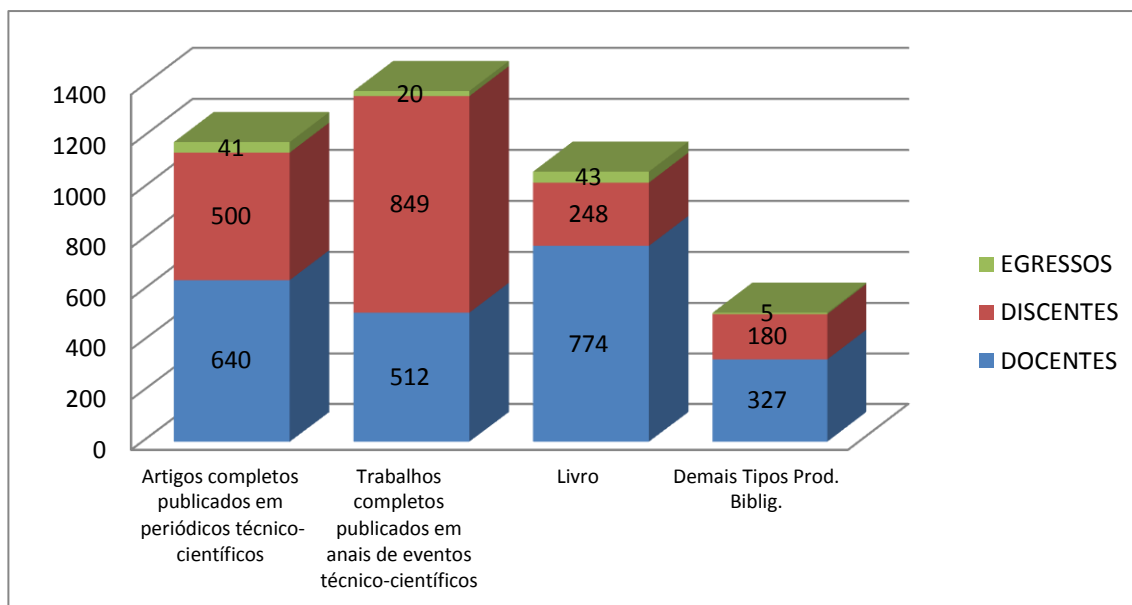


Gráfico 6 - Distribuição da produção bibliográfica dos Programas de Pós-graduação em Geografia no ano de 2007.

Fonte: CAPES/MEC.

O desenvolvimento da pós-graduação em Geografia se deu a partir da consolidação de um sólido Sistema Nacional de Pós-graduação que se pautou na busca de padrões de alta qualidade dos cursos. Observou-se num primeiro momento a forte concentração de cursos de pós-graduação na região Sudeste, sobretudo no estado de São Paulo, mas que a partir do atual decênio tem se observado um grande interesse na diminuição desta disparidade, expressa na criação de novos cursos nas regiões Norte e Nordeste, pelo menos no nível de mestrado, já que os doutorados ainda se concentram no Sudeste e Sul do país. O tempo médio de titulação é outro dado a ser considerado, uma vez que segue uma tendência decrescente. Por fim, acreditamos que a pós-graduação tem cumprido seu papel na formação de recursos humanos, principalmente na atuação no ensino e na pesquisa. Dessa forma, buscamos com a pesquisa analisar a produção de conhecimento em geografia nos programas de pós-graduação, tendo em vista reconhecer estes lugares como importantes veículos de difusão do saber produzido na disciplina.

## 2. TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM GEOGRAFIA NO BRASIL

O ponto de partida para a discussão sobre as tendências da produção científica em geografia no Brasil passa pelo entendimento do que se consolidou como geografia. Nesse sentido, deve-se salientar que não existe um consenso, ou seja, existem várias definições. Segundo Moraes (2008) o campo disciplinar geografia instituído nas universidades é tomado como uma “modalidade” do pensamento geográfico. Dessa forma, existiriam outras manifestações do pensamento geográfico, que incluem a literatura, os discursos, e as abordagens de outras disciplinas acadêmicas. O entendimento do que se constitui o campo disciplinar da geografia passa, então, pela definição de disciplinas acadêmicas. Segundo Gomes, este entendimento deve considerar a análise da modernidade, uma vez que “a modernidade fundou uma ‘ciência nova’ (como dizia Bacon), e esta ciência constitui o espírito mesmo daquilo que se denomina modernidade” (GOMES, 2000, p. 12). Dessa forma, o que se constituiu enquanto disciplina geografia responde ao projeto da modernidade.

Gomes (2000) destaca algumas características da modernidade que influenciaram a definição do campo disciplinar geografia.

Um primeiro aspecto diz respeito à racionalidade do conhecimento científico e a primazia do método.

A ciência racionalista confere uma primazia fundamental ao método lógico racional. Através dele se acredita atingir a objetividade na relação com a realidade e, ao mesmo tempo, se crê assim garantir as condições mais justas e mais corretas do julgamento científico. O método é, assim, considerado como o único meio de oferecer todas as garantias lógicas da relação entre pensamento e realidade. [...] Dessa forma, a ciência racionalista enfatiza fundamentalmente as questões metodológicas, a forma científica do saber é o uso de um método que garante os limites racionais do pensamento, é ele também que diferencia o conhecimento geral do saber científico (GOMES, 2000, p. 31).

Para Hissa (2002), a adoção do positivismo como método levou a uma incessante busca por autonomia e ordem na ciência repercutindo na especialização do conhecimento científico, na construção de fronteiras interdisciplinares. Para o

mesmo autor por mais que a geografia tenha sido modelada segundo o projeto da modernidade, esta disciplina jamais atingiu o patamar de especialização requerido, não atendendo aos “padrões da modernidade”. Trata-se da tentativa de diferenciar a geografia dos demais campos do conhecimento, um dilema que tem marcado a história desta disciplina.

Além das fronteiras interdisciplinares, a adoção do projeto da modernidade tende a favorecer a fixação de fronteiras no interior da própria disciplina.

As tendências ao fortalecimento de fronteiras intradisciplinares podem também ser compreendidas como uma repercussão ou uma manifestação do processo de modernização da ciência. O investimento das disciplinas na definição de limites interdisciplinares repercute na construção de fronteiras intradisciplinares. Em outros termos, os limites intradisciplinares são também uma manifestação do processo de desenvolvimento da ciência, conforme as referências da modernidade (HISSA, 2002, p. 226).

Dessa forma, a afirmação da geografia enquanto saber autônomo levou a sua fragmentação em setores que tendem a se definir segundo a especificação de um objeto de estudo. É dessa forma que na virada do século XIX para o século XX nasce a Geografia Física e a Geografia Humana como campos de agregados da Geografia (MOREIRA, 2008)

Segundo Moreira (2006), na Geografia Física, foram sendo estabelecidas especializações segundo a “setorização geral da pirâmide positivista”. Na fronteira com a Geologia surge a Geomorfologia, na fronteira com a Meteorologia surge a Climatologia, na fronteira com a Biologia a Biogeografia. A Geografia Humana surge na fronteira com a Sociologia e a Antropologia, desdobrando-se em Geografia Agrária, na Geografia Urbana e na Geografia Econômica, mais tarde em Geografia da População, Geografia da Indústria e na Geografia do Consumo. O reflexo mais proeminente desta fragmentação é a perda de unidade da disciplina.

Este quadro de fragmentação do saber geográfico em setores repercutiu na produção do conhecimento da área e conseqüentemente as pesquisas de estado da arte da disciplina tendem a identificar estas variáveis e seu comportamento em diferentes momentos e lugares.

O reconhecimento do estado da arte da ciência tem despertado interesse de alguns pesquisadores em diversas áreas do conhecimento. Na Geografia, as pesquisas desse gênero se diferenciam em termos de metodologias empregadas, bem como na abrangência dos estudos e no objeto de análise. Alguns trabalhos

limitam sua abordagem a uma temática em evidência ou setores da disciplina, enquanto outros consideram a Geografia como um todo. Quanto à fonte de pesquisa, alguns se dedicam a analisar a produção científica a partir de periódicos ou anais de eventos científicos, enquanto outros por meio de teses e dissertações.

Monteiro (1980) apresenta um quadro explicativo sobre a Geografia brasileira no período de 1937 a 1977 a partir dos títulos de trabalhos publicados nos Anais da Associação Brasileira de Geografia (AGB), na Revista Brasileira de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e das teses da Universidade de São Paulo. O autor propõe uma divisão da produção geográfica brasileira no período analisado em quatro momentos: a) A Implantação da Geografia Científica (1934-1948); b) A Cruzada Agebeana de Difusão Nacional (1948-1956); c) A Caminho da Afirmação (1ª época, 1956-1968); e d) A Caminho da Afirmação (2ª época, 1968-1977).

No primeiro momento, a produção refletiu o contexto da implantação da Geografia científica no Brasil, com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) e da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), além do surgimento, no período do Estado Novo, do Conselho Nacional de Geografia (CNG). O autor destaca a existência de uma Geografia universitária, de um lado, e uma “Geografia oficial” ligada ao Estado-nação de outro. A produção refletiu dois fatores. Primeiro, a ausência de uma comunidade de Geógrafos que dessem conta de prover as publicações, o que levou a uma freqüência de trabalhos publicados por profissionais de área afins e, segundo, a preocupação da Geografia em elaborar uma divisão regional do Brasil, além do interesse em produzir material de reconhecimento dos lugares, aspecto ligado, principalmente a Geografia oficial. A dependência externa é predominante neste período, haja vista a presença marcante da publicação de trabalhos de professores de outras nacionalidades que estiveram por aqui contribuindo na formação dos cursos superiores e no Conselho Nacional de Geografia (MONTEIRO, 1980).

No segundo momento trabalhado pelo autor, destaca-se o papel desempenhado pela AGB por meio da promoção de Congressos Nacionais que difundiram a disciplina em outros cantos do país. Além disso, o momento apresenta um intercâmbio maior com o exterior na medida em que nos Congressos Internacionais da UGI a presença brasileira passa a ser cada vez maior. A produção deste período da RGB será predominantemente de estudos sobre distribuição

espacial de produtos agrícolas, seguidos dos trabalhos sobre demografia, que serviram como base para aplicação de novas técnicas cartográfica aprendidas nos Estados Unidos, enquanto que na Universidade de São Paulo predominava o estudo de área, a metade das teses (MONTEIRO, 1980).

O terceiro momento se dá o início da consolidação da comunidade de Geógrafos no Brasil. Tem como marco a realização no Rio de Janeiro do XVII Congresso Internacional de Geografia em agosto de 1956. No cenário político, tem-se na década de 1950 a elaboração do plano de metas do Governo Juscelino Kubitschek, o que justifica a presença de artigos da RGB associando a Geografia ao planejamento regional, sobretudo da Região Nordeste, que passou a ser um foco da intervenção estatal com a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sudeste (SUDENE). O autor destaca a mudança metodológica ocorrida nos estudos regionais e das cidades na tentativa de responder as recentes transformações no plano social advindas do processo de industrialização em curso no país naquele momento (MONTEIRO, 1980).

O quarto e último momento analisado pelo autor compreende um período de acréscimo da ação do Estado via planejamento com a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Norte (SUDAM) e a instalação de Secretarias de Planejamento a nível estadual. Deu-se também a emergência da perspectiva quantitativa na Geografia brasileira, seguindo a tendência externa voltada para o aprimoramento metodológico das pesquisas. As publicações deram um salto quantitativo, além de apresentarem novas feições no que diz respeito, sobretudo a maior presença de trabalhos em Geografia Urbana e regionalização e de um declínio de publicações na área de Geografia Física (MONTEIRO, 1980).

O balanço do conteúdo da RGB evidencia a duplicação não só do número de trabalhos de geografia urbana (30) como também daqueles consagrados à regionalização e análise espacial (17 contra apenas 6 no período anterior). Os estudos agrários – quantitativos ou não – são também significativos (13). O declínio do número de estudos de Geografia Física é violento, mesmo em Geomorfologia (agora 12 contra 35 no período anterior).

Mesmo nos anais da AGB o número de estudos urbanos (27) ultrapassa aqueles de geomorfologia (20). Enquanto surgem preocupações com problemas teóricos, método, técnica (10 na RGB e 17 nos Anais da AGB onde o tópico era, até então, praticamente nulo). Na RGB (vide quadro) o crescimento não aparece em todo o seu sentido pelo fato de se ter incluído nesse tópico os artigos dedicados a “ensino”.

O quadro de teses de geografia defendidas na USP revela, antes de qualquer coisa, o crescimento espantoso do número total. Enquanto

nos períodos anteriores ele atingira a dezena, agora ele chega a 58 (cinquenta e oito) (MONTEIRO, 1980, p. 29).

Na USP as teses de geografia desse período revelam ainda preferência pelos estudos agrários (14); as de Geomorfologia (8) igualam-se em número às de Climatologia até então quase inexistentes nos períodos anteriores (20) (MONTEIRO, 1980, p. 31)

Mais recentemente, Suertegaray (2005) empreender o mesmo esforço de traçar um panorama da produção geográfica no Brasil considerando os títulos de trabalhos de teses e dissertações no período de 2000 a 2003 em 29 programas de pós-graduação. Os trabalhos foram classificados de acordo com sub-campo e escala de análise. Os resultados apontam como tendência “um deslocamento da análise na Geografia Física para Geografia Ambiental e uma predominância da Geografia Humana sobre os demais campos analisados, além do predomínio da análise em escala local” (SUERTEGARAY, 2005, p. 38). A autora atribui a ênfase na escala local à “demanda de conhecimento e, por vezes, gestão de espaços como bairros, áreas centrais, assentamentos rurais, bacias hidrográficas, parques e reservas ou territorialidades urbanas dos mais diferentes matizes” (SUERTEGARAY, 2007, p. 27). Além disso, levanta a importância de se proceder à construção de uma Geografia em escala nacional dada a escassez de trabalhos nesta escala. Em outro trabalho, a mesma autora faz um levantamento da produção em periódico na região Sul do Brasil. Neste material, houve um predomínio de publicações sobre Teoria e Método em Geografia, constituindo mais uma retomada desta discussão do que uma tendência. Temáticas relacionadas à área ambiental, regional e urbana foram dominantes. A mesma tendência com relação à escala de análise identificada nos trabalhos de pós-graduação foi encontrada nos periódicos estudados, embora de forma menos assimétrica (SUERTEGARAY, 2007).

Mendonça (2005) avalia os temas, as tendências e os desafios da Geografia brasileira por meio das linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação. Ressaltam-se algumas críticas do autor com relação ao desenvolvimento deste nível de ensino na Geografia. A concentração dos programas de pós-graduação na região sudeste, principalmente em São Paulo, a existência de critérios rígidos de avaliação baseados em padrões internacionais de países desenvolvidos e que favorecem a atribuição de melhores indicadores as áreas das ciências “duras”. Por outro lado, critica a reprodução acrítica de conhecimento, além do fato de se dar maior importância a aspectos teóricos dos trabalhos em detrimento do conhecimento



geográfico. Ao analisar as linhas de pesquisa o autor identifica que as abordagens relativas ao “rural” e a “natureza” são pouco representativas, embora considere que uma análise mais detalhada possa demonstrar uma maior presença de trabalhos abordando o “rural”. Já a “natureza” aparece cada vez mais sob o enfoque do “meio ambiente, enquanto o “urbano” demonstra uma forte tendência em função do processo de urbanização que se desenvolveu ao longo das últimas décadas. Os conceitos clássicos de “território” e “região” aparecem de maneira muito direta nas linhas de pesquisa de vários cursos. Espaço e ambiente são as mais enfatizadas, ora aparecendo sobre o prisma de abordagens clássicas, ora a partir de referenciais mais recentes, sobretudo da “geografia cultural” e da “geografia social”. A perspectiva ambiental coloca-se, de um lado, como um “guarda-chuva” da Geografia física e, de outro, como uma perspectiva unificadora da Geografia e uma resposta dos geógrafos a uma demanda atual da sociedade. O autor identifica nas linhas de pesquisa da pós-graduação processos de análise geográfica, como regionalização, estruturação e re-estruturação e produção do espaço. Planejamento, organização e ordenamento do espaço (e do território) também são evocados com frequência. Ressalta o emprego de ferramentas de Geoprocessamento, além de levantar a necessidade de proceder a estudos voltados para escala da nação brasileira (MENDONÇA, 2005).

Castorino (2007) analisa a produção do Boletim Goiano de Geografia (BGG) no período de 1981 a 2001, realizando um balanço temático das publicações, das principais abordagens e dos autores, considerando os artigos, resumos de teses e dissertações publicados no periódico, notas e resenhas. O autor aponta indícios da influência dos coordenadores do periódico, levando em consideração que em alguns momentos os temas tendiam a refletir a orientação teórica do coordenador no período em que ocupava o cargo. Os temas principais abordados no periódico foram Geografia Urbana, Geomorfologia, Geografia Econômica, Ensino de Geografia e Meio Ambiente. A geomorfologia se destaca por ser um campo que responde aos “problemas geomorfológicos de Goiás e da região do Cerrado de uma forma geral” (CASTORINO, 2007, p. 155). Por outro lado, a forte presença da Geografia Urbana é atribuída à influência externa, principalmente da USP,

onde estudou boa parte dos professores-pesquisadores que atuam em Goiás, uma das razões pela qual ela disputa a liderança com a Geomorfologia. Os estudos das cidades são muito comuns naquela

universidade, que é cercada pela maior metrópole do país. Por alguma razão, pode estar ligada ao intercâmbio docente esta maneira de pensar a geografia que acabou se infiltrando e se consolidando em uma realidade predominantemente agrícola como a goiana (CASTORINO, 2007, p. 155-156).

A influência da teoria marxista é marcante nos trabalhos de Geografia econômica, enquanto o ensino de Geografia se destaca como produto de um contexto em que 76% dos cursos de Geografia no estado de Goiás oferecem apenas a Licenciatura. Identificam-se como temas marginais, por não desfrutarem o mesmo prestígio dos temas dominantes, a Geografia Agrária e a Migração, embora apareçam publicações de forma esporádica (CASTORINO, 2007).

O trabalho de Tavares e Freire (1999) analisou a produção de monografias no curso de Bacharelado em Geografia na Universidade Estadual de Londrina (UEL) no período de 1984 a 1995, considerando os temas e o referencial teórico-metodológico das pesquisas. Usando como principal referência o trabalho de Monteiro (1980), dividem os temas em Áreas de Conhecimento e Áreas Específicas do conhecimento conforme a tabela abaixo:

ÁREA DE CONHECIMENTO	ÁREA ESPECÍFICA DE CONHEC.	1984 - 87		1988 - 91		1992 - 95/1		TOTAIS	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Geografia Humana	População	0	0,0	1	5,9	1	3,2	2	2,5
	Agrária	8	25,8	1	5,9	2	6,5	11	13,9
	Urbana	6	19,4	6	35,3	6	19,4	18	22,8
	Indústria	1	3,2	1	5,9	1	3,2	3	3,8
	Econômica	0	0,0	0	0,0	1	3,2	1	1,3
	Planejamento	1	3,2	0	0,0	0	0,0	1	1,3
Geografia Física	Geomorfologia	1	3,2	1	5,9	3	9,7	5	6,3
	Climatologia	1	3,2	0	0,0	2	6,5	3	3,8
"Interface"	Meio Ambiente	6	19,4	4	23,5	9	29,0	19	24,1
	Planejamento	2	6,5	0	0,0	2	6,5	4	5,1
Ensino de Geografia	Ensino de Geografia	0	0,0	1	5,9	1	3,2	2	2,5
Interdisciplinar	Geografia/Economia	1	3,2	0	0,0	0	0,0	1	1,3
	Geografia/Medicina	1	3,2	0	0,0	0	0,0	1	1,3
	Geologia/Geografia	1	3,2	1	5,9	0	0,0	2	2,5
Sem identificação	Sem identificação	2	6,5	1	5,9	3	9,7	6	7,6
<b>TOTAIS</b>		<b>31</b>	<b>100,0</b>	<b>17</b>	<b>100,0</b>	<b>31</b>	<b>100,0</b>	<b>79</b>	<b>100,0</b>

**Interface:** Na área de conhecimento entre a Geografia Física e a Geografia Humana.

**Interdisciplinar:** Quando há uma complementação ou integração com outra área de conhecimento além da Geografia

Tabela 2 - Produção de monografias no curso de Bacharelado em Geografia na Universidade Estadual de Londrina.

Fonte: Tavares e Freire (1999).

Nota-se que as áreas de Geografia Urbana, Geografia Agrária e Meio Ambiente sobressaem-se as demais no período analisado, seguindo uma tendência

da Geografia a nível nacional. Além disso, pode-se inferir a partir destes dados que tanto no nível de graduação quanto na pós-graduação os temas predominantes são os mesmo. Tavares e Freire ainda apontam lacunas importantes no conjunto das monografias, ao não explorarem temas relativos à Epistemologia da Geografia, Geografia Política e Geopolítica, Estudos de Regionalização, Geografia Econômica e Planejamento, além do pouco emprego de técnicas disponíveis de Geoprocessamento e a carência de interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento como a História, a Sociologia e a Economia (TAVARES e FREIRE, 1999).

Estudos menos abrangente sobre o estado da arte da Geografia também foram analisados, constituindo trabalhos que exploram setores específicos da disciplina. A Geografia Física se destaca nesse sentido. Considerando como recorte temático o campo da Geografia Física, Vitte (2008) apresenta um panorama quantitativo a partir de periódicos nacionais no período de 1928 a 2006. Observa uma predominância de artigos na área de Geografia Humana, 62,9%, enquanto a Geografia Física correspondeu 37,1% da totalidade de artigos no período analisado. Destaca, porém, o aumento do número de artigos em periódicos da temática de Geografia Física, em que na década de 1920 correspondiam em média a 0,1 % das publicações, passando nas décadas de 1940, 1950, 1960 e 1970 a apresentarem, respectivamente, a proporção de 19,1%, 19,8%, 20,6% e 15,7%. O autor atribui esse fenômeno

[...] a processos que envolvem a especialização de seus subcampos e a incorporação de novas tecnologias, que permitiram a institucionalização do saber geográfico a serviço do Estado planejador e interventor do período Keynesiano (VITTE, 2008, p. 47).

As décadas em que houve maior crescimento compreendem um período de incorporação de novas fronteiras o que levou a Geografia Física a participar desse processo com a “qualificação dos atributos naturais do território brasileiro” (VITTE, 2008, p. 56). O autor destaca a especialização em campos da Geografia Física, sobretudo da Geomorfologia e da Climatologia como fatores que contribuíram para o aumento de trabalhos na área. As mudanças conceituais e metodológicas advindas da emergência de um “novo paradigma climático” também foram decisivas. O momento atual é entendido pelo autor como um momento de incertezas em relação à Geografia Física em função de novas situações que estão postas, onde

O surgimento da questão ambiental e a consideração sobre os limites do desenvolvimento capitalista no que diz respeito as relações homem-natureza; associadas as revoluções na física quântica, acabam por esfacelar os corolários positivistas que sustentavam as pesquisas em geografia e geografia física em particular. Havendo assim um repensar sobre o objeto de pesquisa, com muitas incertezas metodológicas. Fato que cada vez mais empurra a discussão sobre as bases filosóficas da geografia e da geografia física em particular e suas relações com as ciências humanas e cognitivas (VITTE, 2008, p. 58).

Souza (2006) analisa a produção da Geografia Física a partir de anais de eventos científicos e de entrevistas com pesquisadores da área. Os dados levantados demonstram que nas primeiras décadas, de 1930 até a década de 1960, predominou a contribuição de autores estrangeiros, principalmente, franceses, ou geógrafos brasileiros influenciados por estes. Os trabalhos até esse período são caracterizados como de natureza descritivo-explicativa, voltados para análise de pequenas áreas e descrição de paisagens localmente circunscritas. A partir da década de 1970, destaca-se o predomínio da Geomorfologia e da Climatologia, pautadas cada vez mais na Análise Geossistêmica. A partir da década de 1980, a Geografia Física adquire uma tendência “ambientalista” advinda da emergência da problemática ambiental. Passam nesse momento também a serem promovidos eventos voltados especificamente para a área, os Simpósios Brasileiros de Geografia Física Aplicada e os Encontros Nacionais de Estudos sobre o Meio Ambiente. Isso refletiu a perda de espaço que os profissionais da área tiveram nas últimas décadas nas instituições, principalmente, com a emergência da Geografia Crítica (SOUZA, 2006).

Thomaz e Gomes (2006) analisam a produção e tendências da Geografia Física no estado do Paraná a partir dos anais do XI Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada. O trabalho identifica que a Geografia Física produzida no estado acaba seguindo a tendência geral da Geografia Física brasileira, ao constatar a tendência crescente da Análise Ambiental (35,8% dos trabalhos analisados), enquanto setores clássicos como a Geomorfologia e a Climatologia apresentam menor participação, 23,8% e 16,4%, respectivamente. Além disso, destaca o aprimoramento técnico com o emprego do Geoprocessamento e o caráter de estudo aplicado a área.

Coltrinari (1994) analisa os temas de teses e dissertações defendidas no programa de pós-graduação em Geografia Física da Universidade de São Paulo

entre 1946 e 1995. A autora identifica o predomínio das áreas de Geomorfologia e Climatologia, 33% e 27%, respectivamente. Trabalhos sobre questão ambiental e/ou impacto ambiental, aparecem com 8%, seguidos pelas áreas de pedologia (6%), biogeografia e fitogeografia (6%), hidrografia (5%) e cartografia, além do temas de geoprocessamento, geoarqueologia, ensino e temas não identificados (8%). Além disso, a autora identifica que em 177 dos trabalhos analisados “percebe-se a persistência na separação rígida dos conteúdos (geomorfologia, climatologia biogeografia) esboçada no começo do século XX” (COLTRINARI, 1994, p. 127). Esse aspecto pode ser encarado como reflexo da acentuada especialização da área nas últimas décadas.

Suertegaray e Nunes (2001) traçam uma reflexão sobre a produção em Geografia Física nos anais de dois eventos, o XII Encontro Nacional de Geógrafos (XII ENG) e o 8º Encuentro de Geografos de America Latina (8º EGAL). Os autores classificam os trabalhos que tratam sobre impacto ambiental ou temas afins na classe ambiente, além de separarem também os temas sobre educação ambiental. Os autores identificam um predomínio de temas sob a ótica ambiental, enquanto que os setores mais representativos da Geografia Física são Geomorfologia, Recursos Hídricos e Climatologia . Também se destacaram os temas relacionados a Estudos de Solo e Biogeografia principalmente no XII ENG (ver gráfico 07).

Além desse quadro, os autores apresentam uma classificação mais detalhada sobre os trabalhos identificados sob a ótica ambiental. Neste sentido, houve um predomínio de trabalhos sobre impacto ambiental, diagnóstico ambiental e planejamento (ver gráfico 08). Interpretam este quadro como reflexo de dois fatores, um de nível teórico-metodológico, a partir da contribuição de autores renomados que tentaram apresentar uma análise integrada do meio físico, com vistas em fazer frente à tendência de especialização em curso nas décadas anteriores a partir de conceitos como o de Paisagem, Geossistema ou Sistemas Físicos, e outros fator relativo à tendência da Geografia Física a dar ênfase às questões ambientais como resposta da disciplina a questões da sociedade, considerando aspectos da degradação da natureza (SUERTEGARAY e NUNES, 2001).

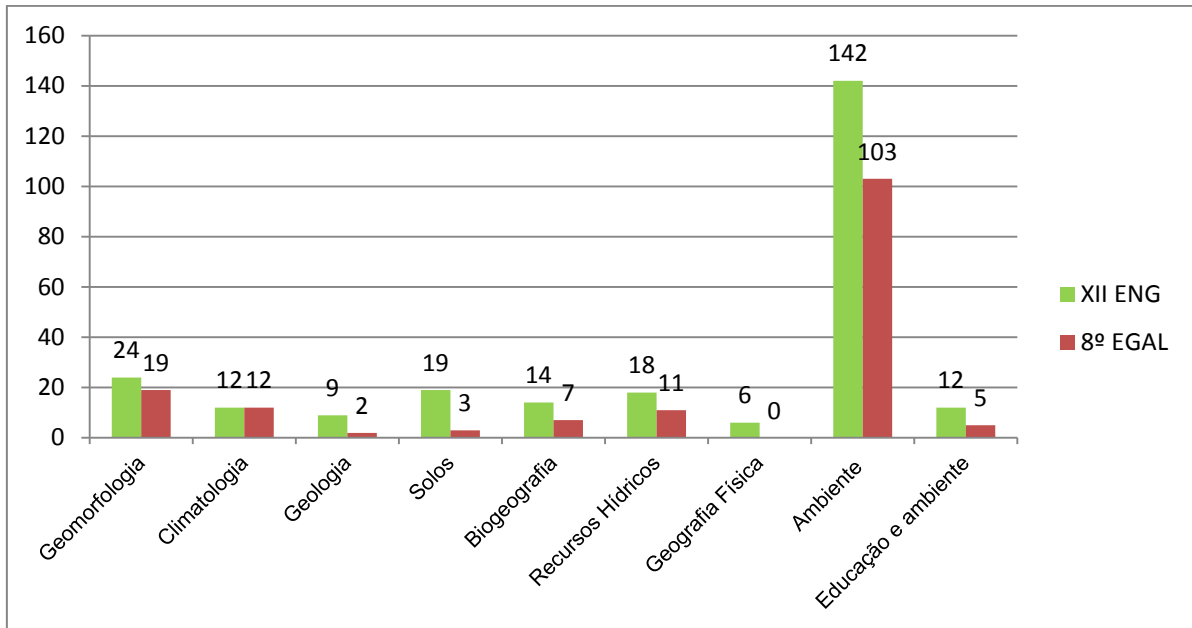


Gráfico 7 - Distribuição temática dos trabalhos da área de Geografia Física apresentados no XXI Encontro Nacional de Geógrafos (XII ENG) e do 8º Encuentro de Geógrafos de America Latina (8º EGAL).

Fonte: Suertegaray e Nunes (2001).

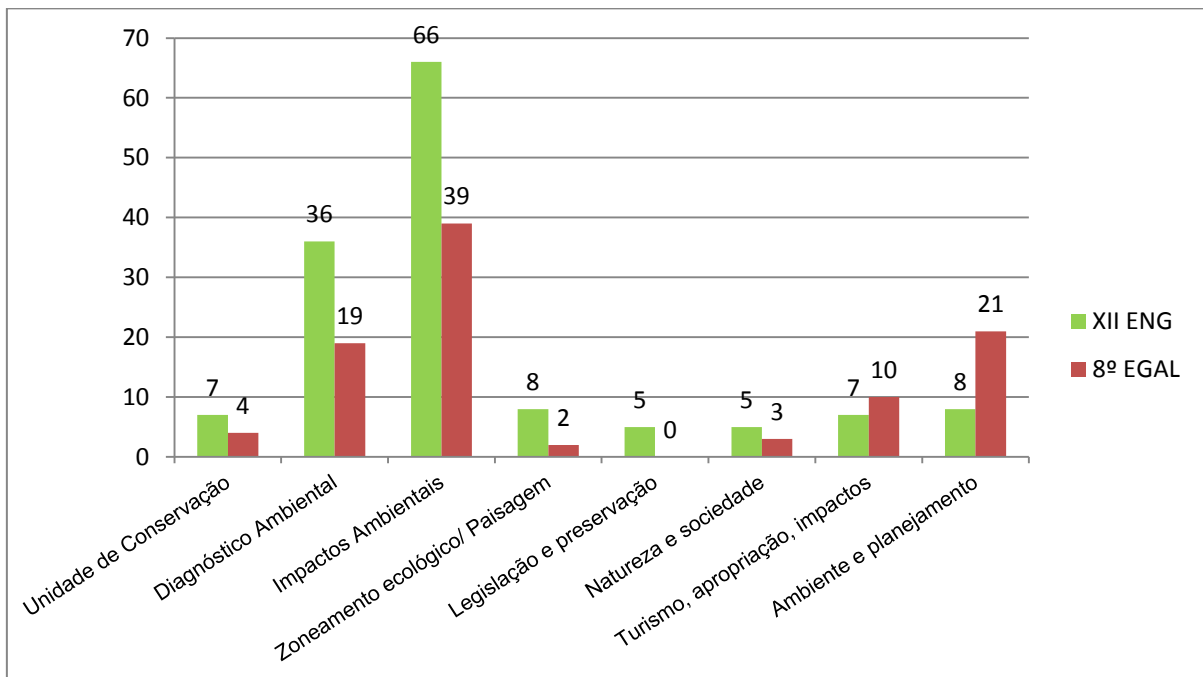


Gráfico 8 - Distribuição temática dos trabalhos da área de Ambiental apresentados no XXI Encontro Nacional de Geógrafos (XII ENG) e do 8º Encuentro de Geógrafos de America Latina (8º EGAL).

Fonte: Suertegaray e Nunes (2001).

Camargo (1996) analisa especificamente a produção na área de Biogeografia no Brasil considerando principalmente artigos de revistas especializadas. Divide os trabalhos em duas categorias: “a) trabalhos genéricos e de conteúdo didático; b)

trabalhos mais especializados, abordando estudos relacionados com a descrição e análise da vegetação ou temas ligados a problemas faunísticos (fauna e avifauna)” (CAMARGO, 1996, p.43). O autor ressalta a escassez de trabalhos na área, além de identificar que a maioria são artigos de divulgação sobre os principais aspectos sistemáticos relativos à área.

Outro esforço de análise da produção na área de Biogeografia é empreendido por Galina (2006) considerando os trabalhos produzidos na área no núcleo de Rio Claro no período de 1969 a 2004. A pesquisa se destaca por levar em consideração as contribuições de professores, pesquisadores e alunos do Departamento de Geografia e de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista envolvidos com temáticas específicas da Biogeografia. Dessa forma, foi possível enfatizar contribuições pessoais de professores orientadores em trabalhos de conclusão de cursos de graduação, em dissertações mestrado e teses de doutorado, além das teses livre docência de autoria dos próprios professores selecionados para investigação.

Além dos trabalhos relativos à Geografia Física, podem ser encontrados estudos referentes à produção na área de Geografia Humana. Souza (1994) expõe um panorama da produção do programa de pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo a partir da leitura dos títulos dos trabalhos. É importante ressaltar que a autora se atém a apresentação dos dados. Não há referências acerca do porquê do cenário identificado. Por outro lado, a autora instiga a reflexão sobre a prática de pesquisa na disciplina, além de indagar em que medida ela nos ajuda a compreender o mundo e os lugares. Foram identificadas como temáticas mais representativas as áreas de Geografia Agrária e Geografia Urbana, 20% cada, seguidas pelas áreas de Ensino (6%), População (5%), Indústria (4%), Agroindústria (4%), Posse da Terra (4%) e Habitação e Moradia (4%) (ver gráfico 09).

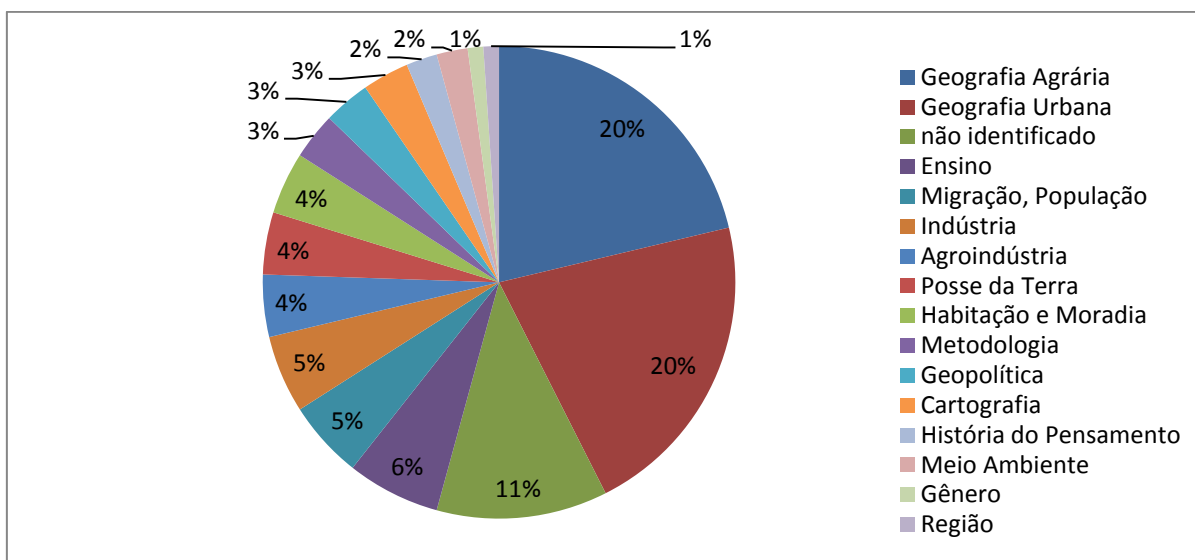


Gráfico 9 - Distribuição temática das teses e dissertações do programa de pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo.

Fonte: Souza (1994).

Nunes (2004; 2005) analisa a produção acadêmica sobre Geografia Econômica nas teses de doutorado da Universidade de São Paulo no período de 1970 a 2001. O recorte de um tema específico favoreceu uma análise mais detalhada da produção, dando ênfase aos aspectos teóricos e metodológicos do material. Dessa forma, foi possível considerar as correntes de pensamento que influenciaram a produção sobre o econômico na Geografia em diferentes momentos. A autora propõe um esquema interpretativo considerando três abordagens e três momentos: o positivismo e historicismo (primeira metade da década de 1970), o neopositivismo (segunda metade da década de 1970) e o materialismo histórico (as décadas de 1980 e 1990). Identifica o momento de predomínio do materialismo histórico como o período em que houve

uma significativa valorização do econômico como elemento explicativo dos processos espaciais que se materializam em diversas realidades, advindo daí uma das principais críticas feitas aos trabalhos geográficos influenciados pelo materialismo histórico: o excesso de “economicismo” apresentado nessas análises, desconsiderando critérios e elementos não estritamente determinados pelas relações de produção como etnia, gênero, cultura e indivíduo (NUNES, 2005, p. 88).



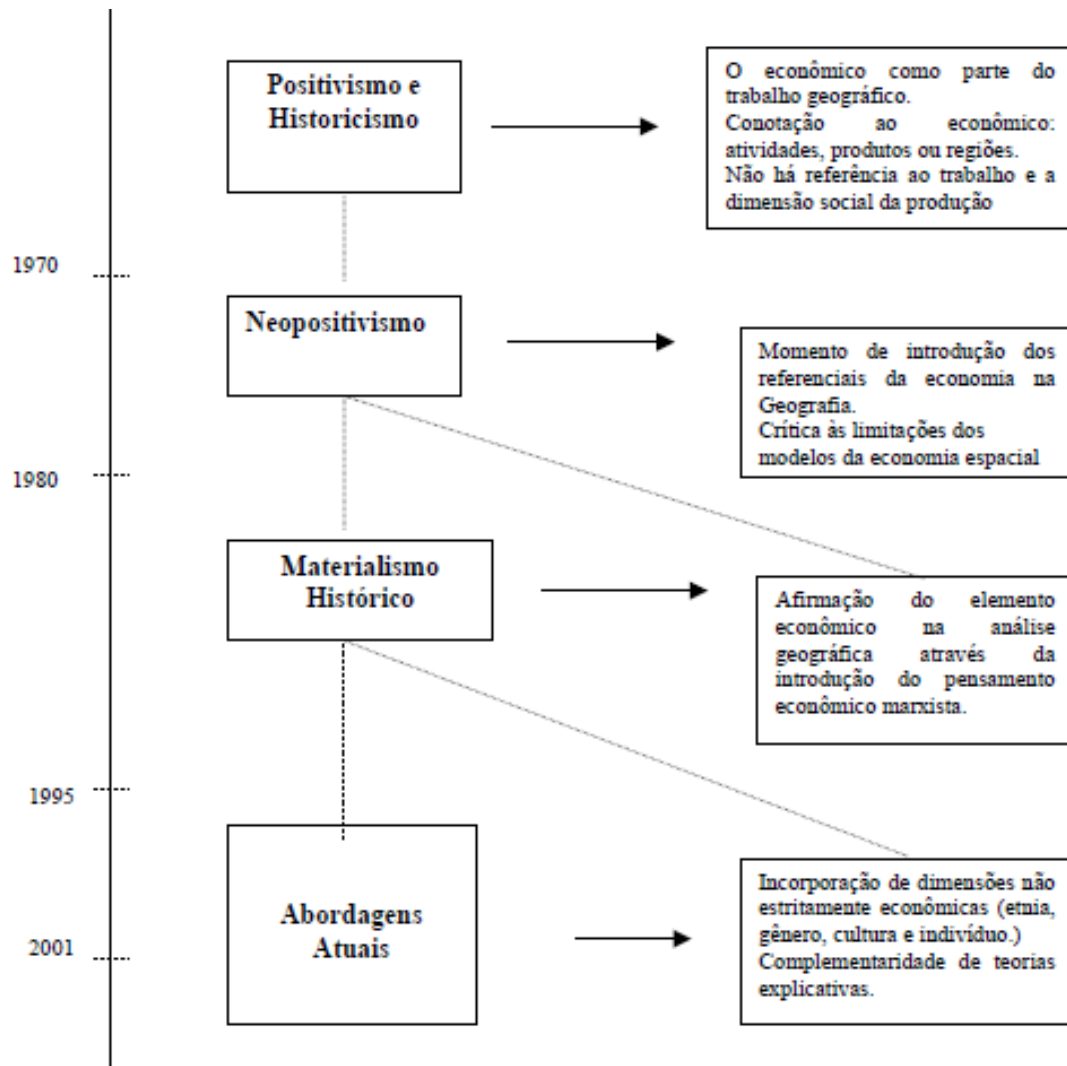


Figura 3 - Produção acadêmica sobre Geografia Econômica na USP.  
Fonte: Nunes (2004)

Galvão Filho e Calvente (2006) analisam os trabalhos de eventos nacionais de Geografia relacionados ao turismo. Assim como o trabalho anterior, os autores consideram as correntes teóricas referentes às pesquisas sobre turismo na Geografia, cuja classificação “mostrou uma geografia preocupada com os impactos socioambientais da atividade, com as políticas públicas destinadas ao setor, além dos aspectos imaginários e culturais” (GALVÃO FILHO e CALVENTE, 2006, p. 221).

Este capítulo pretendeu evidenciar aspectos significativos referentes às pesquisas sobre estado da arte da geografia. Considerando o acervo de que dispomos iremos situar algumas questões acerca das temáticas e tendências levantadas nestes estudos e que darão suporte à análise que se pretende proceder com base no banco de teses da CAPES.

O contexto social teve grandes implicações na produção das pesquisas. Vários aspectos evidenciados na produção pelos autores acabaram sendo esclarecidos a partir de eventos de cunho sócio-histórico, o que demonstra que a disciplina se mostra vinculada as novas situações que surgem na sociedade. É, dessa forma, que são discutidas a emergência de temáticas e perspectivas em função de transformações advindas do contexto histórico, bem como de influências externas, sejam da produção de outros países, ou de instituições que detêm grande prestígio no cenário nacional.

Na breve história da Geografia no Brasil é possível identificar variações consideráveis de temáticas e de referenciais teóricos adotados. O declínio da produção científica na área de Geografia Física aparece em vários trabalhos ligado à emergência da questão ambiental que demandou a consideração da “ação antrópica” como fator condicionante da paisagem, bem como justificado pela emergência da Geografia Crítica que a partir da década de 1980 colocou a ênfase da Geografia nos aspectos sociais valorizando o econômico como principal elemento explicativo. Esta última constatação coloca a necessidade de considerar aspectos sociológicos da produção científica, ou seja, aqueles referentes à dinâmica da própria comunidade de geógrafos no Brasil, entendendo que “alguns aspectos da evolução da disciplina não resultam plenamente compreensíveis sem levar em consideração os aspectos sociais” (CAPEL, 1999, p.34).

Em termos metodológicos, as referências e apelos ao emprego das ferramentas de geoprocessamento têm sido freqüentes na produção recente, considerando sobretudo o potencial deste instrumento quanto se pensa na aplicação do conhecimento na gestão e no planejamento. Esta tendência foi observada no trabalho de Mendonça (2005) ao observar na pós-graduação um predomínio das categorias ambiente, espaço e território, associando-as a processos de gestão, organização, desenvolvimento, planejamento, ordenamento.

Por fim, as obras tratadas neste capítulo possibilitaram a visualização de aspectos referentes ao desenvolvimento da disciplina em diferentes momentos, apresentando um conjunto de apontamentos sobre a dinâmica e a diversidade da produção geográfica brasileira. Finalmente, ao analisar a produção científica em Geografia no programas de pós-graduação esperamos contribuir também neste sentido.

### **3. ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM PROGRAMAS BRASILEIROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (1987-2006)**

Neste capítulo, apresentamos os resultados da análise de conteúdo dos resumos de teses e dissertações obtidas no banco de teses da CAPES. O material considerado compreendeu um total de 3992 títulos distribuídos entre 29 programas de pós-graduação em geografia entre os anos de 1987 e 2006, sendo 21 % de teses de doutorado e 79% de dissertações de mestrado. Deve-se ressaltar que a quantidade de trabalhos não corresponde ao total da produção neste período, uma vez que não tivemos acesso a todos os títulos, sobretudo os anteriores ao ano de 1998. Todavia pode-se afirmar que a quantidade considerada compreende um valor bastante representativo da produção científica da pós-graduação em geografia desenvolvida no país nos últimos anos.

No que diz respeito aos locais de produção dos trabalhos analisados, identificamos o domínio de algumas instituições localizadas na região Sudeste do país, sobretudo as paulistas, em função da própria concentração de cursos nesta região, além do fator destas instituições terem sido pioneiras na formação de cursos de pós-graduação no país conforme assinalamos no primeiro capítulo (ver gráfico 10). Dos trabalhos considerados na pesquisa, 59,82% foram defendidos na região Sudeste, 15,68% na região Sul, 12,32% no Nordeste e 12,02% na região Centro-Oeste. Na região Norte, identificamos apenas 6 dissertações de mestrado defendidas no ano 2006 no programa de pós-graduação na Universidade Federal do Pará, correspondendo ao valor irrisório de 0,15% da produção total. Considerando como recorte as Unidades da Federação, destacam-se o estado de São Paulo com 38,7%, Rio de Janeiro (14,3%), Minas Gerais (12,0%) e Paraná (7,1%) (ver gráfico 11).

Com relação à dependência administrativa das instituições, prevaleceu o domínio das instituições públicas federais (52%) e estaduais (46%). A Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) é a única instituição particular que aparece como local de defesa de teses e dissertações, com 71 títulos, 2%.

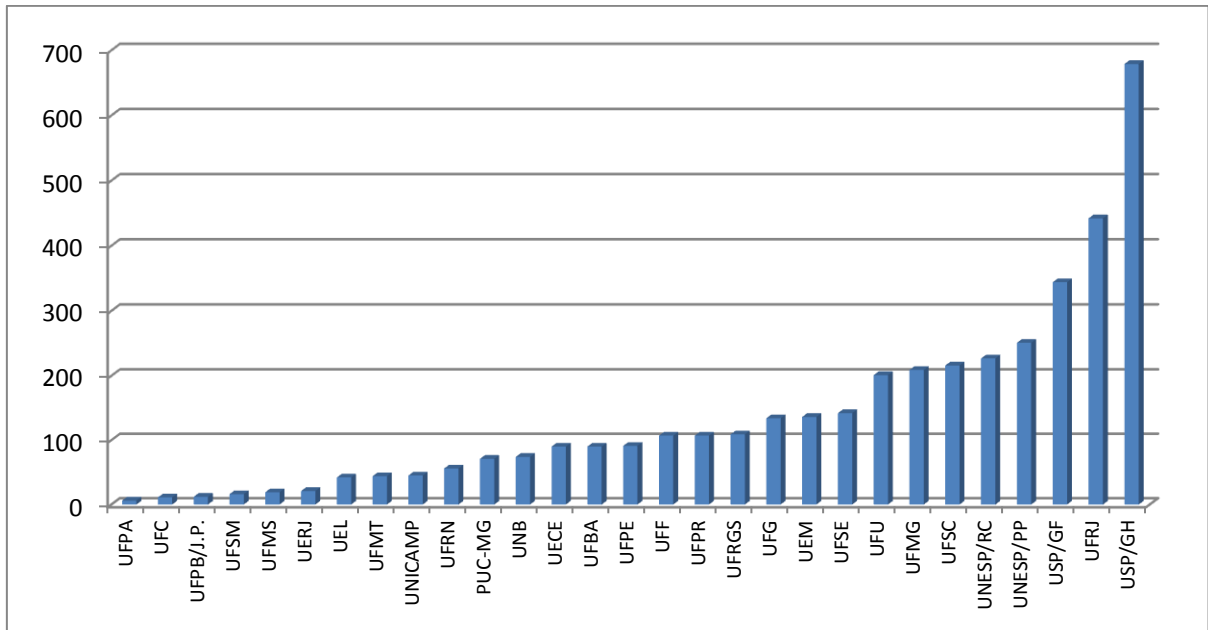


Gráfico 10 - Distribuição dos títulos por local de defesa (1987-2006).  
Fonte: Banco de dados da pesquisa/CAPES, 2010

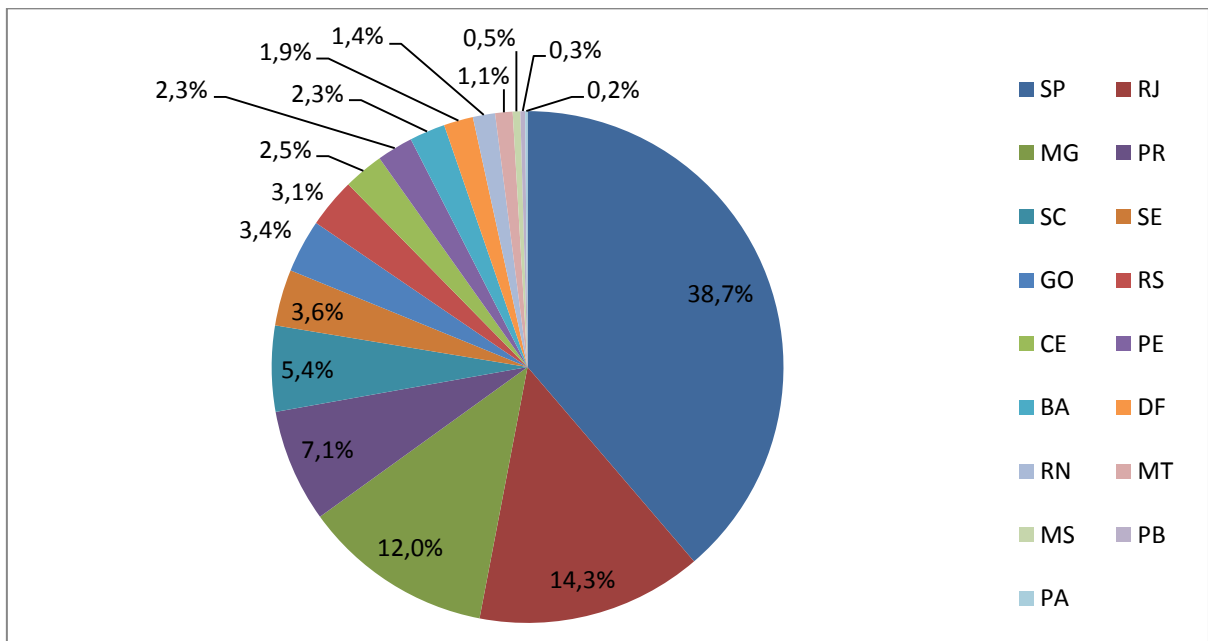


Gráfico 11 - Distribuição dos títulos segundo Unidade da Federação (1987-2006)  
Fonte: Banco de dados da pesquisa/CAPES, 2010.

Com relação à análise do conteúdo dos resumos, primeiramente, os trabalhos foram classificados de acordo com a escala de análise da pesquisa. Identificou-se um predomínio de trabalhos na escala local, 67,9%, seguidos por trabalhos cuja escala não foi especificada (23,9%), escala regional (5,0%), nacional (2,0%) e internacional (1,2%).

Conforme explicitamos na introdução do texto as categorias temáticas surgiram a partir da leitura dos resumos, além de considerarmos as classificações elaboradas por outros autores. De acordo com o material levantado definimos as seguintes categorias, seguindo uma divisão da Geografia nos seguintes temas:

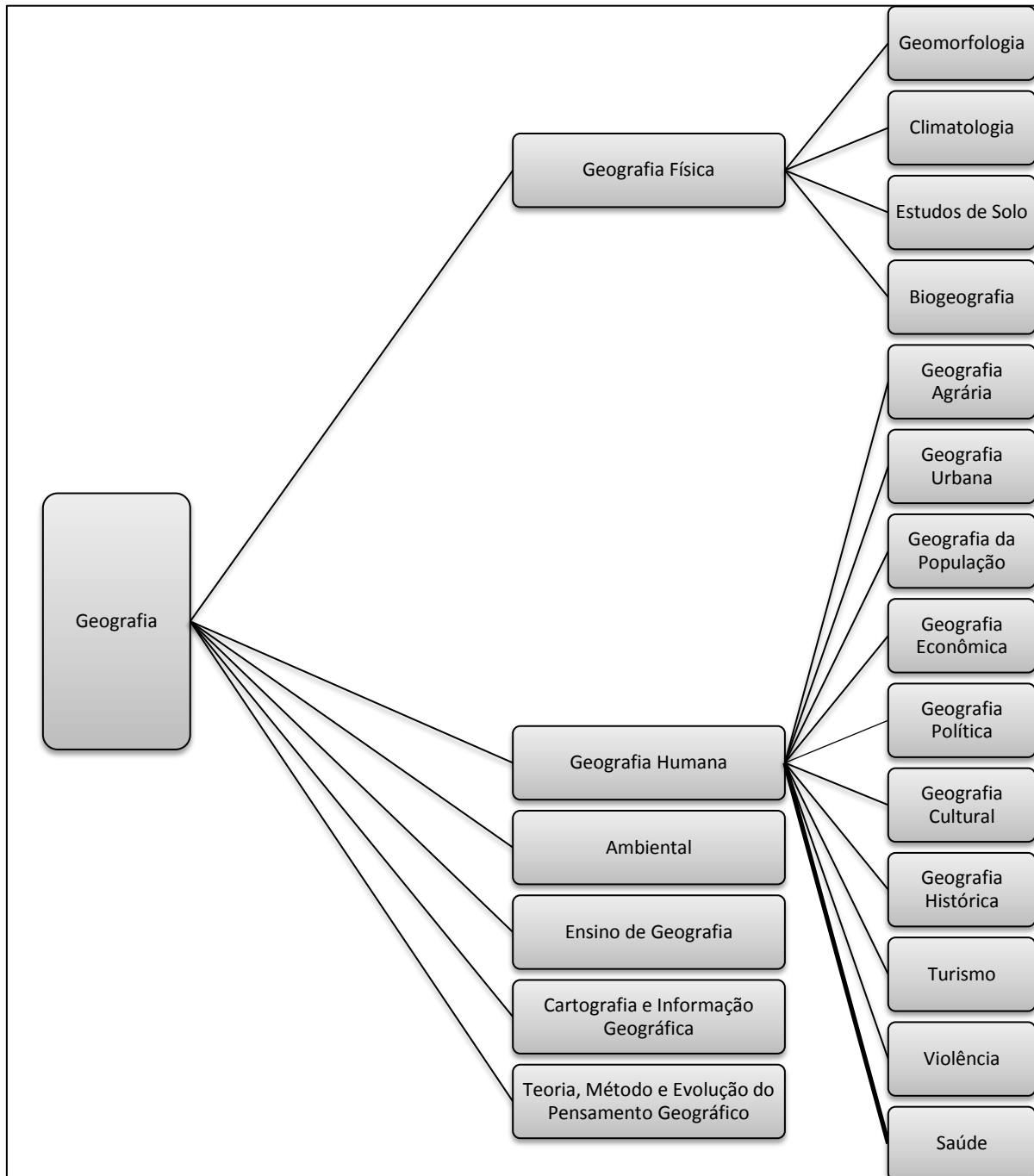


Figura 4 - Categorias temáticas da produção da Geografia no Brasil (1987-2006).  
Fonte: Resumos de Teses e Dissertações/CAPES, 2010.

Dessa forma, reproduzimos a divisão da Geografia em duas grandes áreas Geografia Física e Geografia Humana, a primeira correspondendo aos estudos

geográficos sobre a dinâmica da natureza em seus diferentes aspectos (relevo, clima, vegetação, solos, etc) e a segunda aos temas dos estudos geográficos que consideram a dinâmica da sociedade.

Destacamos a questão ambiental como categoria distinta de estudos, uma vez que aparece como perspectiva integradora de aspectos tanto relacionados à Geografia Física quanto a Geografia Humana. De forma análoga, destacamos as categorias Ensino de Geografia, Cartografia e Informação Geográfica e Teoria, Método e Evolução do Pensamento Geográfico.

Verifica-se um predomínio da área de Geografia Humana (54%), seguida pela Ambiental (22%), Geografia Física (10%), Cartografia e Informação Geográfica (5%), Ensino de Geografia (4%), Teoria, Método e Evolução do Pensamento Geográfico (3%) (ver gráfico 12). Os trabalhos não especificados (2%) correspondem, na grande maioria dos casos, a títulos de teses e dissertações cujos resumos não apresentavam conteúdo satisfatório, tanto em termos de informações disponíveis quanto no que diz respeito à clareza do texto, que nos possibilitasse encaixá-los em uma das categorias temáticas.

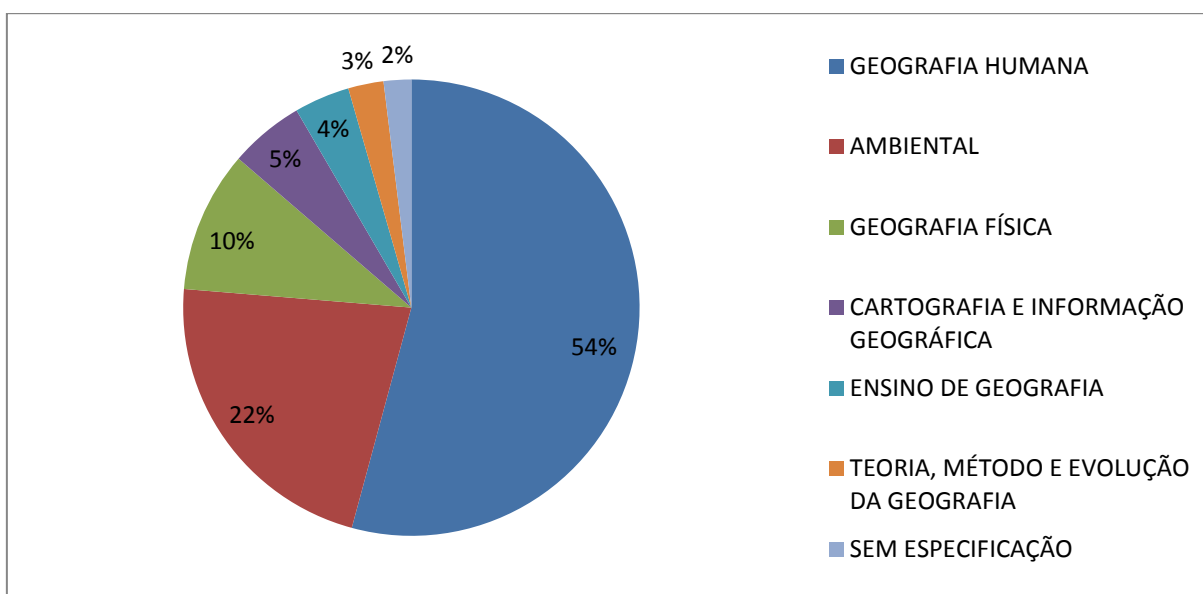


Gráfico 12 - Distribuição temática das teses e dissertações (1987-2006).  
Fonte: Banco de dados da pesquisa/CAPEs, 2010.

O panorama dos trabalhos identificados na categoria Geografia Física nos leva a corroborar os apontamentos levantados na literatura consultada.

Um primeiro aspecto que se pode inferir a partir deste quadro diz respeito à diminuição gradativa da proporção de trabalhos na área de Geografia Física nos últimos anos, aspecto já observado por outros autores (SUERTEGARAY, 2005;

2007; SUETERGARAY e NUNES, 2001). Em 1987, dos 26 títulos analisado 7 (26,92%) foram classificados como temas de Geografia Física. Durante a década de 1990, a proporção de trabalhos na área por ano variou entre 6,28 % e 31,58%. Já no atual decênio, os valores variaram de 7,53% em 2005 a 11,43% em 2002.

Considerando o total de trabalhos analisados na pesquisa os de Geografia Física correspondem a 10%. Destes trabalhos o setor que mais se destacou foi a Geomorfologia com 193 títulos, 48%, do total de 400 trabalhos da área (ver gráfico 13). Segundo George (1978) a geomorfologia constitui a

“ciência da observação do terreno e dos efeitos dos mecanismos perceptíveis no presente e susceptíveis de serem projetados no plano das hipóteses de evolução: previsão dos efeitos mais ou menos remotos dos processos em curso e transposição para o passado das imagens evolutivas assim elaboradas, a fim de explicar a gênese das formas” (GEORGE, 1978, p. 60).

Segundo Marques (2007, p.24)

A evolução do conhecimento humano na direção da Geomorfologia, entretanto, não se restringiu, apenas, a procurar reconhecer tipos de relevo e os processos a eles relacionados. Tem procurado ir sempre além, buscando encontrar respostas para muitas questões que pudessem explicar, por exemplo, como os processos se articulam entre si; como evoluem os grandes conjuntos de relevo; qual o significado do relevo no contexto ambiental; como interferir ou controlar o funcionamento dos processos geomorfológicos; como conviver com os processos catastróficos; como projetar (no espaço e no tempo) o comportamento dos processos e as formas de relevo resultantes.

Foram considerados trabalhos pertencentes a este eixo, aqueles estudos voltados para analisar a formação do relevo, a sua dinâmica, os fatores condicionantes das formas do relevo, além dos estudos de geomorfologia fluvial e marítima. Vale ressaltar que esta categoria exclui os trabalhos voltados para a dinâmica do relevo que consideram aspectos relativos à relações da sociedade, ou seja, a influência da ação antrópica. Estes trabalhos foram classificados como ambientais. Dessa forma, foram considerados apenas os trabalhos que analisam o relevo a partir dos fatos da natureza.

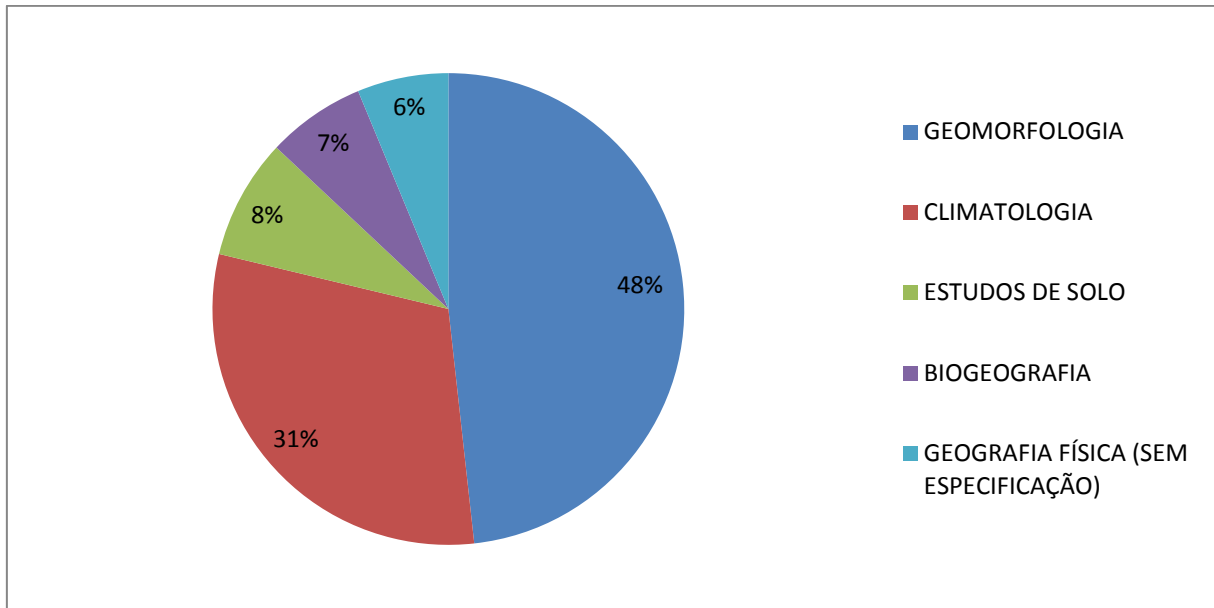


Gráfico 13 - Distribuição temática das teses e dissertações da área de Geografia Física (1987-2006).

Fonte: Banco de dados da pesquisa/CAPES, 2010.

Nesta área, houve um predomínio de trabalhos sobre a dinâmica do relevo, sobretudo no entendimento dos processos erosivos em vertentes, o estudo de feições erosivas e seus condicionantes. Este quadro demonstra uma mudança de tendência metodológica da área. Segundo Suertegaray (2002, p. 22)

nesse contexto de mudança, passa a Geomorfologia (leia-se geomorfólogos) a preocupar-se com a dinâmica dos processos, com os sistemas de erosão e com a dinâmica da natureza, em contraposição à Geomorfologia que imperou até os anos 50, descritiva e classificatória.

Esta mudança pode ser entendida como reflexo também da emergência da questão ambiental, bem como da adoção de abordagem numa perspectiva geossistêmica que tem sido adotada com frequência na área de Geografia Física, uma perspectiva que visa integrar os setores tradicionais da Geografia Física, chegando até a considerar aspectos relativos à dinâmica sociedade. Este quadro tem levado a um deslocamento da produção de trabalhos da área de Geografia Física para área Ambiental.

Do ponto de vista da distribuição dos trabalhos, observa-se uma concentração de títulos desta área na região sudeste do país, seguindo a tendência da geografia como um todo. Destacam-se as seguintes instituições: UFRJ (35, 9%) e USP/GF (20,8%).



Dos trabalhos classificados na área de Geografia Física, 122 foram de Climatologia (30,5%). Segundo George (1978), este campo “[...] constitui a parte da pesquisa geográfica cujos limites permanecem menos seguramente configurados. Para definir a climatologia, parece-nos aconselhável partir da noção e da escala do clima” (GEORGE, 1978, p. 66). Para o autor envolve pesquisas de definição de climas (climatologia simples, a exemplos dos trabalhos de Köppen e Martonne), estudo dos mecanismos atmosféricos, estudos de climatologia local “destinada a se estender para o domínio do meio criado e a integrar o estudo das poluições daí advindas” (GEORGE, 1978, p. 68-69), estudos de climatologia “constitui uma introdução a determinados estudos de biogeografia, sobretudo no que diz respeito a distribuição dos germes patológicos” (GEORGE, 1978, p.69).

Na pesquisa observou-se um predomínio de trabalhos voltado para a análise do clima urbano seguidos por trabalhos que relacionavam a dinâmica climática e a produção agrícola. A produção de trabalhos em climatologia mostrou-se concentrada nas instituições do estado de São Paulo, com domínio da USP (46,7%), seguida por UNESP/PP e UNESP/RC (ambas com 8,3%).

As demais áreas da Geografia Física consideradas tiveram participação inexpressiva no conjunto de trabalhos: estudos de solo (8,6%) e Biogeografia (7,5%). Alguns títulos não foram especificados em virtude de tratarem de temas que integravam aspectos relativos a mais de um setor da Geografia Física, a exemplo de pesquisas que seguem uma abordagem geossistêmica.

Se por um lado, houve um declínio da proporção de trabalhos no campo da Geografia Física, por outro, é visível a importância atribuída a temas que trabalha questões relativas ao meio ambiente. Do ano de 1997 em diante, a quantidade de defesas na área ambiental é superior aos de Geografia Física (ver gráfico 14). Classificamos os trabalhos nesta categoria segundo a definição de Mendonça (2002):

*A geografia socioambiental deve emanar de problemáticas em que situações conflituosas, decorrentes da interação entre a sociedade e a natureza, explicitem degradação de uma ou de ambas. A diversidade das problemáticas é que vai demandar um enfoque mais centrado na dimensão natural ou mais na dimensão social, atentando sempre para o fato de que a meta principal de tais estudos e ações vai na direção da busca de soluções do problema, e que este deverá ser abordado a partir da interação entre estas duas componentes da realidade (MENDOÇA, 2004, p. 134).*

Constatou-se uma tendência ao crescimento desta temática nos últimos anos. Foram identificados 882 títulos, correspondendo a 22,1 % do total. Vários autores têm defendido que a emergência da crise ambiental colocou para a Geografia a necessidade de repensar a dicotomia Geografia Humana e Geografia Física. A perspectiva ambiental surge, então, como tentativa de unificar a disciplina. A pesquisa apontou um predomínio de trabalhos sobre análise ambiental, diagnóstico ambiental, planejamento e gestão, poluição dos recursos hídricos, gestão e destino de resíduos sólidos, entre outras temáticas.

Com relação à distribuição geográfica dos trabalhos houve uma concentração de trabalhos na USP/GF (12,5%), UFRJ (10,1) e UNESP/RC (6,9%). Por outro lado, considerando a produção específica por programa de pós-graduação, percebe-se melhor o alcance da temática ambiental. Em 19 dos 29 programas, os estudos ambientais representam a maior quantidade de defesas durante o período analisado, superando setores específicos da Geografia Humana, como Geografia Urbana e Geografia Agrária: (UECE, UEL, UEM, UERJ, UFC, UFG, UFMG, UFMS, UFMT, UFPR, UFRGS, UFRJ, UFSC, UFSM, UFU, UNB, UNESP/RC, UNICAMP e USP/GF).

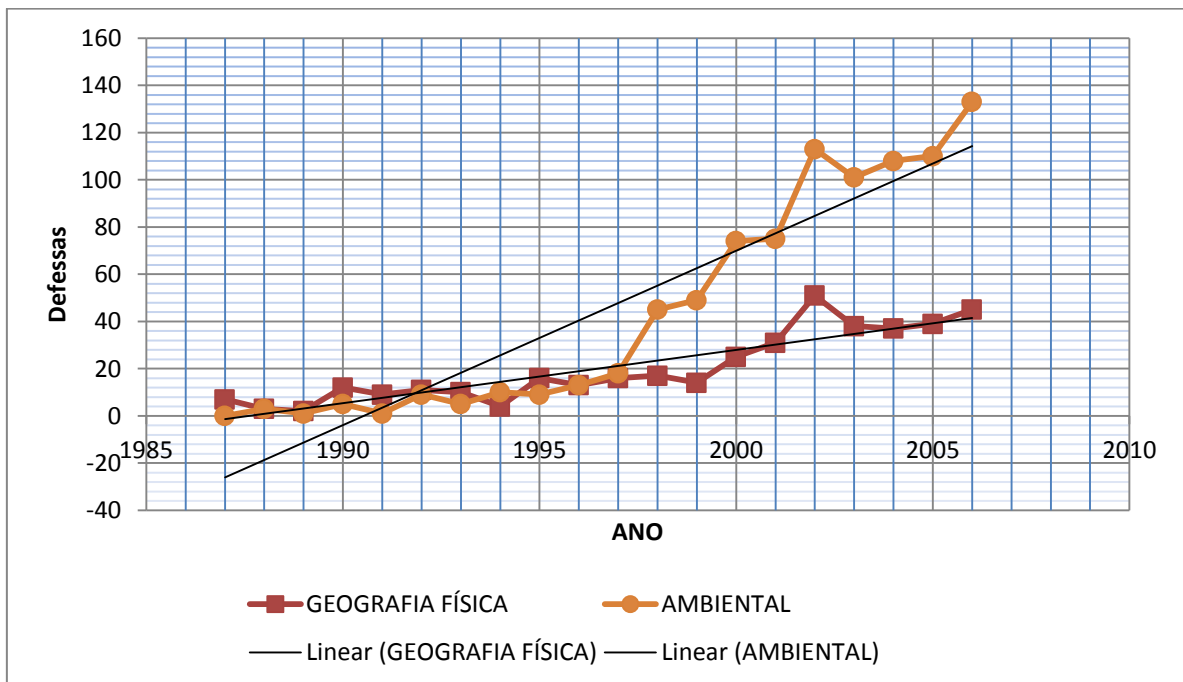


Gráfico 14 - Evolução da quantidade de títulos defendidos nas área de Geografia Física e Ambiental (1987-2006).

Fonte: Banco de dados da pesquisa/CAPES, 2010.

A área de Geografia Humana mantém sua hegemonia como principal foco de interesse dos profissionais na área de Geografia no Brasil.

No campo da Geografia Humana, houve o predomínio das áreas de Geografia Urbana e Geografia Agrária, 26% e 19%, respectivamente (ver gráfico 15). Broek (1981) considera os seguintes aspectos relativos aos estudos de geografia urbana: distribuição das cidades (lugares centrais), situação e local, estrutura interna (disposição ou plano, anatomia e funcionalidade, fisiologia). Segundo Mayer e Kohn (1959, *apud* BROEK, 1981, p. 62) “a geografia urbana destaca os conceitos de localização, interação, circulação e acessibilidade, bem como a distribuição e os movimentos da população” (MAYER e KOHN, 1959, *apud* BROEK, 1981, p. 62). Mais recentemente os estudos de geografia urbana além destes aspectos passaram a analisar a cidade considerando os processos de industrialização e urbanização e seus efeitos na organização espacial. Segundo Andrade (1995) o percentual de população urbana elevou-se de 34,24% em 1940, para 75,74 % em 1991, mudança ocasionada em função do êxodo rural a partir da expulsão do agricultor ou trabalhador assalariado que é obrigado a se fixar nas cidades, passando a formar uma população marginalizada. Múltiplos problemas surgem a partir deste contexto, chamando a atenção de diversos pesquisadores.

Houve nesta área um predomínio de trabalhos relacionados à produção do espaço urbano segundo uma perspectiva da Geografia Crítica baseada principalmente no materialismo histórico. Segundo Carlos (1993; 2002), esta tendência teria fundamentado a maioria esmagadora dos trabalhos publicados na área no Brasil a partir da década de 1970, quando ocorre a renovação da disciplina. O reflexo desta tendência foi o predomínio de trabalhos que consideram as contradições das relações sociais e seus efeitos na organização do espaço. Trata-se de uma perspectiva que considera a geografia uma ciência social cujo propósito deve estar vinculado a um engajamento político. O caráter político desta perspectiva atribui aos trabalhos um sentido de busca por transformações na sociedade. O processo de urbanização é considerado na medida em que reproduz uma espacialidade na cidade marcada por contradições que reflete a luta de classes no interior de uma sociedade capitalista.

A mesma tendência pode ser atribuída aos estudos de Geografia Agrária. Os efeitos da modernização do campo no Brasil, na organização do trabalho no campo, bem como a luta pela terra constituíram as temáticas mais proeminentes no conjunto

de trabalhos classificados. A análise de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento do campo imprime uma crítica à participação do Estado na organização do espaço no campo no país.

Uma quantidade significativa de trabalhos não foi identificada (21%), constituindo uma tendência, assim como ocorreu na área de Geografia Física, de estudos que buscam abranger diferentes aspectos da realidade.

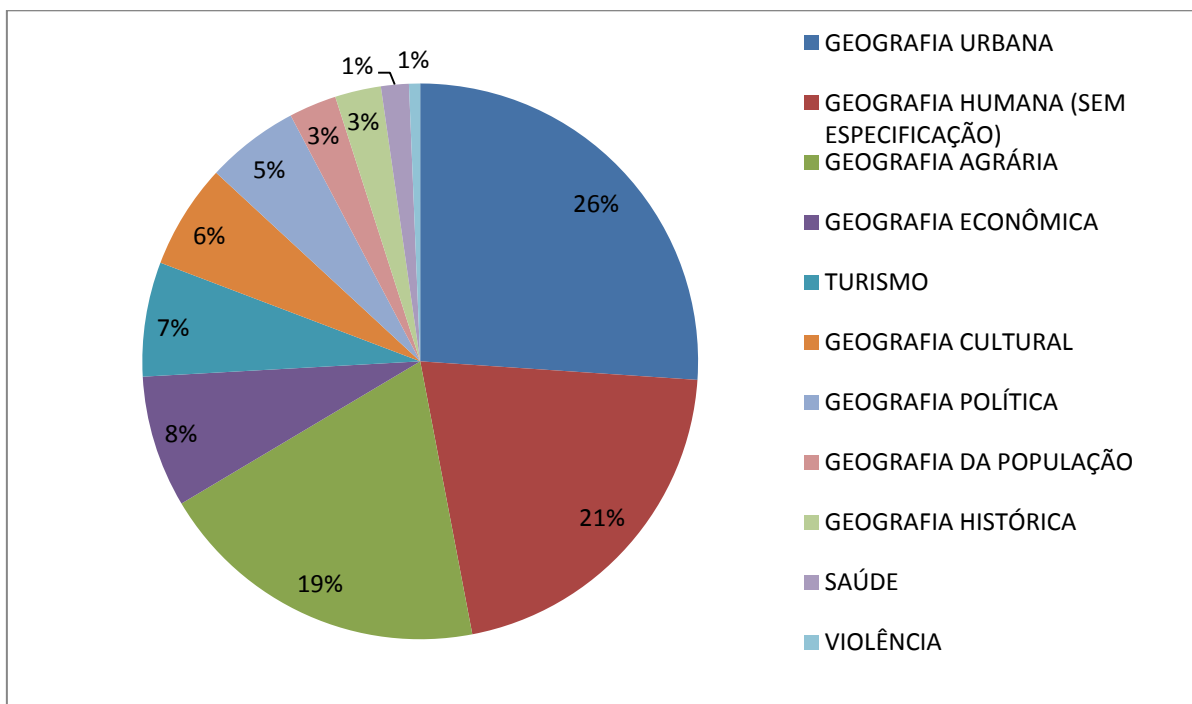


Gráfico 15 - Distribuição temática das teses e dissertações na área de Geografia Humana (1987-2006).

Fonte: Banco de dados da pesquisa/CAPES, 2010.

Na área de Geografia Econômica (8%) foram considerados principalmente os trabalhos relativos à atividade industrial. Além deste, consideramos os títulos relativos à infra-estrutura, transporte, políticas de desenvolvimento econômico, pólos de desenvolvimento, modernização tecnológica e redes geográficas.

Os estudos sobre turismo constituem uma das tendências na Geografia Humana que tem mais despertado interesse nos últimos anos (7%). O tema tem aparecido principalmente em estudos que visam analisar o potencial da atividade turística no desenvolvimento local, bem como da influência da atividade na dinâmica espacial. As críticas a políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da atividade e a necessidade de planejamento constituem outros temas recorrentes.

Os estudos de Geografia Cultural foram considerados a partir da definição de Corrêa (2010):

A geografia cultural não tem um objeto empírico próprio, considera tanto o passado como o presente e o futuro, realiza estudos em várias escalas espaciais, tem uma inerente característica política e, essencialmente, distingui-se por uma específica abordagem, focalizada na análise dos significados que os diversos grupos sociais atribuem, em seu processo de existência, aos objetos e ações em suas espaçotemporalidades” (CORRÊA, 2010, p. 175).

Estes estudos se pautam, sobretudo na fenomenologia e têm despertado interesse e figurado como alternativa aos estudos de Geografia Humana que seguem uma abordagem materialista. São temas recorrentes nestes estudos percepção ambiental, representação social, identidade, espaço vivido, entre outros.

No campo da Geografia Política, percebe-se uma carência de estudos nesta área, apenas 5% dos títulos de Geografia Humana. Para Costa (2010) as pesquisas em geografia política envolvem um amplo e dinâmico campo multidisciplinar. Os estudos não desfrutam a importância dos estudos urbanos ou econômicos, que são os preteridos do momento. O autor defende a necessidade de ampliação do horizonte destes estudos na área de Geografia Humana:

Constatando que até o momento a geografia política ocupava-se exclusivamente do Poder (‘maiúsculo’, como diz), defende-se que se trata, agora de examinar os outros tipos de poder (‘minúsculo’), este sim essencial, pois ‘insidioso’, presente em todas as ‘fissuras’ das relações sociais, ‘multidimensional’, mais perigoso que o primeiro (‘visível, massivo, identificável), pois este não se vê. A sua ênfase será dada, então, ao poder como forma de controle social sob todos os tipos de sua manifestação: controles relativos à população, gestão dos fluxos migratórios etc. Além disso, examina em detalhe as relações entre poder e linguagem, religião, raças e etnias etc., em que ‘todas as formas de discriminação’ estão presentes” (COSTA, 2010, p. 319).

Sobre os estudos de Geografia da População, Broek (1981) considera os seguintes aspectos relacionados: distribuição, crescimento diferencial da população, densidade da população e movimentos de população. O conceito de população passou por uma crítica nas últimas décadas, principalmente por se mostrar sob um viés estatístico (MOREIRA, 2006). Segundo Damiani (1997, p. 78), “como conceito, a população se esvazia. Ele é sobretudo uma forma de controle e conhecimento sobre as pessoas, que não tem data”. Pode-se inferir que com a emergência da Geografia segundo uma abordagem crítica os trabalhos sobre população foram se

tornando cada vez mais escassos ou seu conteúdo passou a estar disperso, associando-se a diferentes temas como nos trabalhos de geografia urbana, principalmente aqueles acerca da urbanização. Considerando os trabalhos que tem como foco a dinâmica populacional (3%) a pesquisa apontou que grande maioria dos estudos tratava da mobilidade populacional.

Foram identificados outros temas de Geografia Humana com menor participação: Geografia Histórica (3%), Saúde (1%) e Violência (1%). A Geografia Histórica tem como característica a reflexão sobre situações passadas com enfoque na relação da sociedade e natureza. Nesta categoria foram identificados estudos na interface com a arqueologia e estudos sobre urbanização, entre outros temas. Com relação aos estudos de saúde, estes se caracterizam por apresentar uma contribuição dos estudos geográficos para a área de saúde. Os trabalhos buscam identificar os condicionantes ambientais de certas patologias com vistas em contribuir para um maior controle. Entre estes condicionantes, o clima se destaca, sobretudo no que diz respeito à incidência de doenças respiratórias. Com relação aos trabalhos sobre violência, deve-se ressaltar que geralmente estão relacionados à identificação da incidência de crimes em cidades, especialmente os homicídios.

Sobre a distribuição geográfica das temáticas em Geografia Humana, temos como principal local de defesa a USP (23,9%), seguida por UFRJ (8,2%) e UNESP/PP (7,7%).

A definição da categoria Cartografia e Informação Geográfica procurou considerar os trabalhos sobre cartografia e informação geográfica com destaque para o emprego de ferramentas de informática na pesquisa e no planejamento. O sistema de informação geográfica bem como o uso do geoprocessamento constituem temas que tem ganhado destaque nas instituições de pesquisa, ressaltando principalmente a aplicação destas ferramentas na área ambiental, com vistas em avaliar seu potencial como auxílio a políticas públicas. Os trabalhos classificados neste item corresponderam a 5,1% do total.

Os trabalhos de Ensino de Geografia correspondem a apenas 4% dos títulos classificados. Esta categoria abrange os trabalhos que tratam sobre o ensino de geografia, principalmente no nível básico. Destacaram-se os trabalhos sobre didática do ensino de Geografia, conteúdo do ensino de Geografia e formação docente.

Por fim, a categoria Teoria, Método e Evolução da Geografia foram considerados os trabalhos que discutissem aspectos teórico-metodológicos da

disciplina, além daqueles sobre evolução do pensamento geográfico. Corresponderam a 2,5% dos títulos classificados. A maioria destes trabalhos discutia questões conceituais da disciplina, principalmente sobre as categorias espaço, região, lugar, paisagem, território, além da análise da contribuição de obras de diferentes autores para a disciplina.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo principal inventariar a produção científica da geografia no Brasil considerando as temáticas de teses e dissertações de programas de pós-graduação credenciados pela CAPES. A revisão bibliográfica indicou um conjunto ainda escassos de trabalhos sobre estado da arte da Geografia no Brasil, embora possamos considerar que os existentes constituem uma fonte de informação significativa sobre o desenvolvimento da disciplina. Dessa forma, a pesquisa vem somar esforços no sentido de evidenciar que aspectos têm sido abordados pelos pesquisadores da área no país.

Num primeiro momento, buscou-se resgatar a trajetória da disciplina no Brasil, com vistas em perceber como diferentes contextos sócio-históricos influenciaram no interesse em se dar ênfase a determinados temas em detrimento de outros, bem como avaliar as influências externas na produção acadêmica brasileira.

A consolidação de um Sistema Nacional de Pós-graduação a partir da década de 1960 favoreceu o desenvolvimento de novos cursos de mestrado e doutorado, ampliando o número de pesquisa na área de geografia nos últimos anos, sobretudo na década de 1990. Assim, pode-se afirmar que a fonte de dados da pesquisa constitui um veículo de produção de conhecimento bastante representativo do que tem sido produzido na área nas últimas décadas.

No período analisado, identificamos um domínio da área de Geografia Humana, principalmente das temáticas ligadas à Geografia Urbana e Geografia Agrária. Embora se possa acreditar na multiplicidade de perspectivas e abordagens teóricas vigentes neste campo, é notável o predomínio de trabalho sob uma perspectiva da Geografia Crítica, que passou a constituir o principal referencial da disciplina a partir da década de 1970, tendo como principal enfoque a abordagem do fator econômico. Por outro lado, a ocorrência de trabalhos não especificados pode indicar uma tendência à integração de diferentes eixos temáticos, com vistas a alcançar uma abordagem mais abrangente. Além disso, o crescimento de trabalhos na área de Geografia Cultura, tendo como base teórica a fenomenologia indica o



fortalecimento de uma abordagem alternativa a perspectivas materialista. Pesquisas mais restritas considerando setores específicos da área, abordando estes aspectos teórico-metodológico poderiam esclarecer melhor as transformações recentes na área de Geografia Humana.

Na área de Geografia Física, nota-se um declínio da proporção de trabalhos ao longo dos últimos anos, indicando um maior interesse dos profissionais por temas relacionados à questão ambiental. Este fator indica a perda de interesse dos profissionais em limitar sua análise a um aspecto da natureza. Busca-se cada vez mais uma abordagem que abarque as relações, sobretudo segundo um enfoque sistêmico. Com este novo quadro tem se vislumbrado a consolidação de uma tendência que busca integrar conhecimentos relativos tanto a Geografia Física (natureza) quanto a Geografia Humana (sociedade). Nesta perspectiva é marcante o interesse do profissional em responder a demandas da sociedade, que passou nos últimos anos a avaliar comportamentos e atitudes em relação ao meio ambiente, como uma medida para assegurar a sua sobrevivência.

Unida a emergência da questão ambiental, o desenvolvimento de pesquisas na área de Cartografia e Informação Geográfica evidencia um crescente interesse na aplicação de ferramentas na análise de diversas temáticas no campo do conhecimento, reflexo do desenvolvimento tecnológico alcançado pela sociedade nos últimos anos. O desenvolvimento recente desta área, sobretudo considerando o uso da computação, atribui à grande parte dos trabalhos um caráter distinto. Busca-se principalmente avaliar o emprego de diversas ferramentas, sobretudo referentes a Sistemas de Informação Geográfica e imagens de sensores orbitais, a fim de identificar seu potencial de análise como subsídio em ações de planejamento. Os temas associados acabam refletindo as tendências vigentes na disciplina, com destaque para questão ambiental, além do planejamento urbano e da produção agrícola.

Acreditamos que com esta pesquisa possamos contribuir para o debate que se desenvolve acerca da prática do profissional de geografia no Brasil. É importante sempre a avaliação de nosso fazer com vistas a aprimorar cada vez mais o exercício da profissão, considerando o fato de que tem sido crescente o interesse do profissional na busca de respostas a problemas concretos da sociedade.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. In: SANTOS, Milton (Org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1981. p. 181 - 201.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987.

ANDRADE, Manuel Correia de. A Geografia e a questão social. **GEOSUL**, Santa Catarina, n. 19/20, p. 7-23. 1995.

ANSELMO, Rita de Cassia Martins de Souza. A Geografia nas universidades públicas paulistas: construindo o ideário do espaço paulista. In: ENCONTRO DOS GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. p. 992-1003. 1 CD-ROM.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luíz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BROEK, Jan O. M. **Iniciação ao estudo da geografia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CAMARGO, José Carlos Godoy. A Biogeografia no Brasil: breve comentário bibliográfico. **Revista de Geografia**, São Paulo, n.13, p.41-50, 1996

CAPEL SAEZ, Horacio. **O nascimento da ciência moderna e a América: o papel das comunidades científicas, dos profissionais e dos técnicos no estudo do território**. Tradução de Jorge Ulises Guerra Villalobos. Maringá: EDUEM, 1999.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Os Caminhos da Geografia Humana no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 71, p. 129-142, 1993

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Geografia hoje: algumas reflexões. Terra Livre, São Paulo, n. 18, p. 161-178, 2002.

CASSETI, Valter. A Pós-graduação e a pesquisa em Geografia (notas preliminares). **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 18(1), p. 73-94, 1998. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/4292/3764>>. Acesso em: 14 de fev. de 2009.

CASTILHO, Fausto. **O conceito de Universidade no projeto da Unicamp**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

CASTORINO, Ademir Batista. Estado da arte da Geografia produzida em Goiás: 20 anos do Boletim Goiano de Geografia (1981-2001). **Boletim Goiano Geografia**, Goiânia, v. 27, n. 3, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg>>. Acesso em: 14 de fev. de 2009.

COLTRINARI, Lylian. Os desafios da pesquisa em Geografia Física. **GEOSUL**, Santa Catarina, n.18, p. 125-131, 1994

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. A geografia cultural e o urbano. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Introdução à geografia cultural**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e geografia**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1997. 1997

DINIZ, José Alexandre F. A propósito da Pós-graduação em Geografia no Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 15(1), p. 1-15, 1995. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/4324/3788>>. Acesso em: 14 de fev. de 2009.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. Doutorado e pós-doutorado em geografia. **Revista de Geografia**, São Paulo, n. 8/9, p.125-130, 1989/90.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **Mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **Pesquisa em leitura: um estudo dos resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no Brasil, de 1980 a 1995**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000188497>>. Acesso em: 06 nov. 2008.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302002000300013&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000300013&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 14 Jan 2008.

GALINA, Márcia Helena. **A biogeografia no núcleo de Rio Claro (SP): análise e avaliação das contribuições científicas no período de 1969-2004**. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.

GALVÃO FILHO, Carlos Eduardo Pontes; CALVENTE, Maria del Carmen Matilde Huertas. A Geografia brasileira e os estudos relacionados ao turismo: uma análise dos trabalhos de dois eventos nacionais (2002 e 2004). **Geografia**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 221-242, 2006. Disponível em: <<http://www2.uel.br/revistas/geografia/v15n1digital/artigo13.pdf>>. Acesso em: 14 Jan 2008.

GEORGE, Pierre. **Os métodos da geografia**. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GRANJA, Elza Corrêa. **Análise da produção científica do curso de pós-graduação do Instituto de Psicologia da USP no período de 1980 a 1989**. 1995. 153 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-21012009-153405>>. Acesso em: 14 de out de 2009.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p.309-352.

MAMIGONIAN, Armen. A AGB e a produção geográfica brasileira: avanço e recuo. **Terra Livre**, São Paulo, nº 8, p. 157-162, 1991.

MARQUES, Jorge Soares. Ciência Geomorfológica. GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista (Orgs.). **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. 7ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MARTINS, Carlos Benedito. Notas sobre a formação do Sistema Nacional de Pós-graduação. In: MARTINS, Carlos Benedito (org.). **Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil**. Bauru: Edusc, 2005. p. 136 - 50.

MENDONÇA, Francisco de Assis. Geografia Socioambiental. In: Mendonça, Francisoc de Assis; Kozel, Salete. (Orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Editora da UFPR, 2002, p. 121-144.

MENDONÇA, Francisco. Temas, tendências e desafios da Geografia na Pós-graduação brasileira. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, v. 2, p. 7 - 20, 2005. Disponível em: <<http://www.anpege.org.br/downloads/revista2/temas.pdf>>. Acesso em: 14 de fev. de 2009.

MONTEIRO, Carlos Augusto de F. **A Geografia no Brasil (1934-1977): Avaliação e Tendências**. Série Teses e Monografias, n.37, IG/USP, 1980.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. A geografia no Brasil no século XX: um panorama. **Borrador**, São Paulo, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Annablume, 2008.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico, vol. 01: as matrizes clássicas originárias**. São Paulo: contexto, 2008.

NUNES, Flaviana Gasparotti. O econômico na Geografia: uma reflexão a partir da produção geográfica da USP. **Revista RA´E GA**, Curitiba, n. 10, p. 83-92, 2005. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/login>>. Acesso em: 15 de maio de 2009.

NUNES, Flaviana Gasparotti. **O econômico na Geografia: influência do pensamento econômico na produção geográfica (1970-2001)**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente, 2004. Disponível em: <[http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bpp/33004129042P3/2004/nunes\\_f\\_g\\_dr\\_prud.pdf](http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bpp/33004129042P3/2004/nunes_f_g_dr_prud.pdf)>. Acesso em: 14 de jul de 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Pós-graduação em Geografia na Universidade de São Paulo: meio século de história. **Geosp**, São Paulo, n. 1, p. 9-14, 1997.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. A Geografia no Brasil. AZEVEDO, Fernando (org.). **As Ciências no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994, p.349-461.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. Uma breve história da formação do(a) professor(a) de geografia no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 129-144, 2000.

SEABRA, Manoel Fernando Gonçalves. Os primeiros anos da Associação dos Geógrafos Brasileiros: 1934-1945. **Terra Livre**, São Paulo, n. 22, p. 13-68, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Geografia: geografia e ideologia**. 7ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

SOUZA, Maria Adélia aparecida de. A geografia e o conhecimento do mundo. **GEOSUL**, Santa Catarina, n.18, p. 118-124, 1994.

SOUZA, Marcos Barros de. **Geografia Física: balanço da produção em eventos científicos no Brasil**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-20062007-150123>>. Acesso em: 14 de jul de 2009.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; NUNES, João Osvaldo Rodrigues. A natureza da geografia Física. **Terra Livre**, São Paulo, n.17, p.11-24, 2001.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Geografia física e geomorfologia: uma (re)leitura**. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. O atual e as tendências do ensino e da pesquisa em Geografia no Brasil. **Revista do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 16, p. 38 - 45, 2005. Disponível em: <[http://www.Geografia.fflch.usp.br/publicacoes/RDG/RDG\\_16/Dirce\\_Maria\\_Antunes\\_Suertegaray.pdf](http://www.Geografia.fflch.usp.br/publicacoes/RDG/RDG_16/Dirce_Maria_Antunes_Suertegaray.pdf)>. Acesso em: 12 de nov. de 2007.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Rumos e rumores da Pós-graduação e da pesquisa em Geografia no Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 3, p. 17 - 31, 2007. Disponível em: <[http://www.revista\\_anpege.ig.ufu.br/viewarticle.php?id=2&layout=abstract](http://www.revista_anpege.ig.ufu.br/viewarticle.php?id=2&layout=abstract)>. Acesso em: 12 de nov. de 2007.

TAVARES, José Humberto; FREIRE, Yoshiya Nakagawara. Contribuição a epistemologia da Geografia: baseada na análise dos trabalhos de conclusão do Bacharelado em Geografia UEL: 1984 – 1995. **Geografia**, Londrina, v. 8, n. 1, p. 17-27, jan. / jun. 1999. Disponível em: <<http://www2.uel.br/revistas/geografia/v8n1.pdf>>. Acesso em: 14 de fev. de 2009.

THOMAZ, Edivaldo Lopes; GOMES, Marquiana de Freitas Vilas Boas. Considerações sobre a produção e tendência da Geografia paranaense no XI Simpósio Brasileiro de Geografia Aplicada. **Geografia**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 135-144, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www2.uel.br/revistas/geografia/v15n1digital/artigo09.pdf>>. Acesso em: 14 de fev. de 2009.

VALVERDE, Orlando. Pré-história da AGB carioca. **Terra Livre**, São Paulo, n. 10, p. 117-122, 1992.

VITTE, Antonio Carlos. A Geografia Física no Brasil: um panorama quantitativo a partir de periódicos nacionais (1928-2006). **Revista da ANPEGE**, v. 4, p. 47 - 60, 2008. Disponível em: <<http://www.anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/view/10/pdf3B>>. Acesso em: 14 de fev. de 2009.

ZANELLA, Andréa Vieira; TITON, Andréia Piana. Análise da produção científica sobre criatividade em programas brasileiros de pós-graduação em Psicologia (1994-2001). **Psicologia em estudo**, Maringá, v.10, n.2, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722005000200018&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722005000200018&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 Jan 2008.

<http://www.capes.gov.br/avaliacao/avaliacao-da-pos-graduacao>

<http://www.capes.gov.br/estatisticas>

<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/>

<http://servicos.capes.gov.br/capesdw/>

<http://www.ufrj.br>

<http://www.usp.br>

<http://www.ufs.br>

<http://www.ufmg.br>

<http://www.ufg.br>

**ANEXO A** – Resumos de teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-graduação em Geografia disponíveis no Banco de Teses da CAPES (1987-2006).  
CD-ROM.